



RESÍDUOS DO NORDESTE, E.M.

Este documento faz parte
da Acta do...C.A. n.º...2...
de 31.10.2023

Rubrica:



RESÍDUOS DO NORDESTE, E.M.

Este documento faz parte
da Acta do...A6 n.º 2...
de 24.05.2023

Rubrica:



Resíduos do
Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS | 2022

20

ANOS

RESÍDUOS DO NORDESTE

4	Relatório de Gestão Anual 2022
5	Enquadramento da Atividade da Sociedade
6	Atividades Desenvolvidas em 2022
7	1. Recolha Indiferenciada
10	2. Gestão do Aterro Sanitário
17	3. Recolha Seletiva
21	4. Resíduos Urbanos Biodegradáveis
24	5. Estudos e Projetos
33	6. Evolução da Gestão
37	7. Situação Financeira
39	8. Proposta de Aplicação dos Resultados
39	9. Perspetivas
39	10. Outras Informações
41	11. Acontecimentos subsequentes
42	12. Conclusão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Anexo

Relatório Anual e Parecer do Fiscal Único

Certificação Legal das Contas



RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2022

Exmos Acionistas da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.:

Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso, Vinhais e Associação de Municípios do Douro Superior.

Cumprindo as disposições legais aplicáveis, designadamente o disposto na alínea e), do artigo 13º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro e 55/2011, de 15 de novembro, e na alínea g), do artigo 8º dos Estatutos da empresa, submetemos à V/ apreciação, o nosso Relatório de Gestão e a proposta de aplicação dos Resultados, tudo reportado ao exercício de 2022, elaborado em conformidade com a Lei n.º 50/2012.

a 28 municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, Vale do Sousa e Alentejo Central.

Recentemente registaram-se alterações legais com impacto ao nível dos intervenientes do setor, de que se destacam as referentes ao acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas, permitindo a entrada de capital privado nas entidades gestoras de sistemas multimunicipais no setor dos resíduos, tendo nessa sequência sido alienado o capital social da EGF a uma entidade privada o que implicou a alteração da natureza jurídica das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, das quais a EGF era acionista maioritária, deixando estas de ser empresas públicas e passando a ser detidas, maioritariamente por uma empresa privada.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2022

Durante o ano de 2022 a empresa prosseguiu a consolidação do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes dos municípios que o integram.

Descrevem-se, de seguida, as principais atividades desenvolvidas nos seguintes domínios:

1. Recolha Indiferenciada;
2. Gestão do Aterro Sanitário;
3. Recolha Seletiva;
4. Resíduos Urbanos Biodegradáveis;
5. Estudos e Projetos;
6. Evolução da Gestão;
7. Situação Financeira.

Mais desenvolvimentos sobre estas e outras atividades estão descritas, entre outros, nos relatórios de sustentabilidade.



**RECOLHA
INDIFERENCIADA**

[Handwritten signature]

1. RECOLHA INDIFERENCIADA

O serviço de recolha indiferenciada de RU e a exploração das estações de transferência, incluindo a respetiva manutenção, limpeza e conservação das instalações, decorreu com normalidade.

Em novembro de 2019, a prestação de serviços da Terra Quente passou a ser realizada pelo Agrupamento Complementar de Empresas "Terra Quente Transmontana, ACE" que é constituído em partes iguais pelas empresas EcoAmbiente, S.A. e PA Residel, S.A.. Desta forma passou a estar em vigor o contrato de prestação de serviços em resultado do Concurso Público Internacional n.º 3/2017 "Serviços de gestão de recolha indiferenciada de resíduos urbanos da Terra Quente Transmontana".

No gráfico 1 pode ser analisada a evolução das quantidades recolhidas pelo serviço de recolha indiferenciada desde ao ano 2003 a 2022.

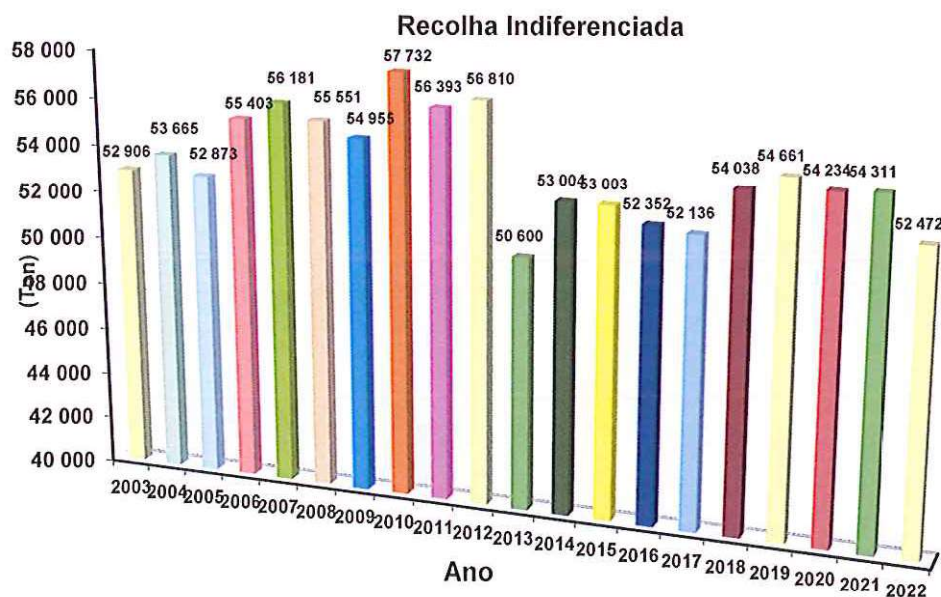


Gráfico 1 - Recolha Indiferenciada 2003 – 2022.

Em 2022 a recolha indiferenciada teve um decréscimo de - 3,39% correspondente a - 1.839,52 toneladas.

Tabela 1 - Proveniência dos RU (2022).

Município	Toneladas	Toneladas	Variação
	2021	2022	
Alfândega da Fé	1824,17	1746,70	-4,25%
Bragança	15567,04	15231,48	-2,16%
Carrazeda de Ansiães	2277,71	2180,98	-4,25%
Freixo de Espada à Cinta	1364,10	1316,16	-3,51%
Macedo de Cavaleiros	5638,33	5398,90	-4,25%
Miranda do Douro	2469,40	2485,40	0,65%
Mirandela	8523,97	8162,01	-4,25%
Mogadouro	3443,72	3322,69	-3,51%
Torre de Moncorvo	3085,14	2976,72	-3,51%
Vila Flor	2393,50	2291,86	-4,25%
Vila Nova de Foz Côa	2989,38	2884,32	-3,51%
Vimioso	1734,84	1656,24	-4,53%
Vinhais	2999,84	2818,14	-6,06%
Resíduos do Nordeste	54311,14	52471,62	-3,39%
Particulares / Empresas	617,16	628,26	1,80%
RSU / ecocentros / trapezoidais	2017,20	2424,38	20,19%
TOTAL	56945,50	55524,26	-2,50%

GESTÃO DO ATERRO SANITÁRIO



[Handwritten signature]

2. GESTÃO DO ATERRO SANITÁRIO

A melhoria da gestão do aterro sanitário, foi uma das nossas principais preocupações, quando a Resíduos do Nordeste assumiu, em 2017, a gestão desta infraestrutura.

2.1. PRODUÇÃO DE RU

De acordo com os dados da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico, a produção de resíduos continuará a superar o crescimento económico e os RU deverão continuar a crescer substancialmente até 2025.

Por seu lado, a Agência Europeia do Ambiente¹ salienta que é imprescindível melhorar a gestão dos RU para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Em síntese, a Agência Europeia do Ambiente salienta:

- O aumento da recuperação de resíduos e o desvio de resíduos dos aterros desempenham um papel essencial para se fazer face ao impacto ambiental de um acréscimo permanente do volume de resíduos;
- Tendo em conta uma utilização acrescida da reciclagem multimaterial e orgânica com recuperação de energia, espera-se que as emissões líquidas de gases com efeito de estufa resultante da gestão de resíduos urbanos diminuam consideravelmente até 2027;
- A limitação ou prevenção do aumento do volume de resíduos reduziriam ainda mais as emissões de gases com efeito de estufa proveniente do setor dos resíduos e proporcionariam outros benefícios à sociedade e ao ambiente.

Sem prejuízo de uma evolução positiva, no sentido do cumprimento da hierarquia dos resíduos, verifica-se uma estabilização percentual da fração recolhida seletivamente para valorização material, face ao total de RU produzidos, tendência essa que vai no sentido inverso à estratégia comunitária e nacional para os RU. Embora sejam identificadas pelos SGRU diversas justificações para esta situação, julga-se que, como já referido, os investimentos realizados para ir ao encontro de um aumento da deposição seletiva não têm surtido os devidos efeitos no comportamento da população.

¹ EEA Briefing 2008.01.

No que respeita ao encaminhamento direto de RU para as operações de gestão verifica-se que, em 2021, os RU tiveram o seguinte destino final:

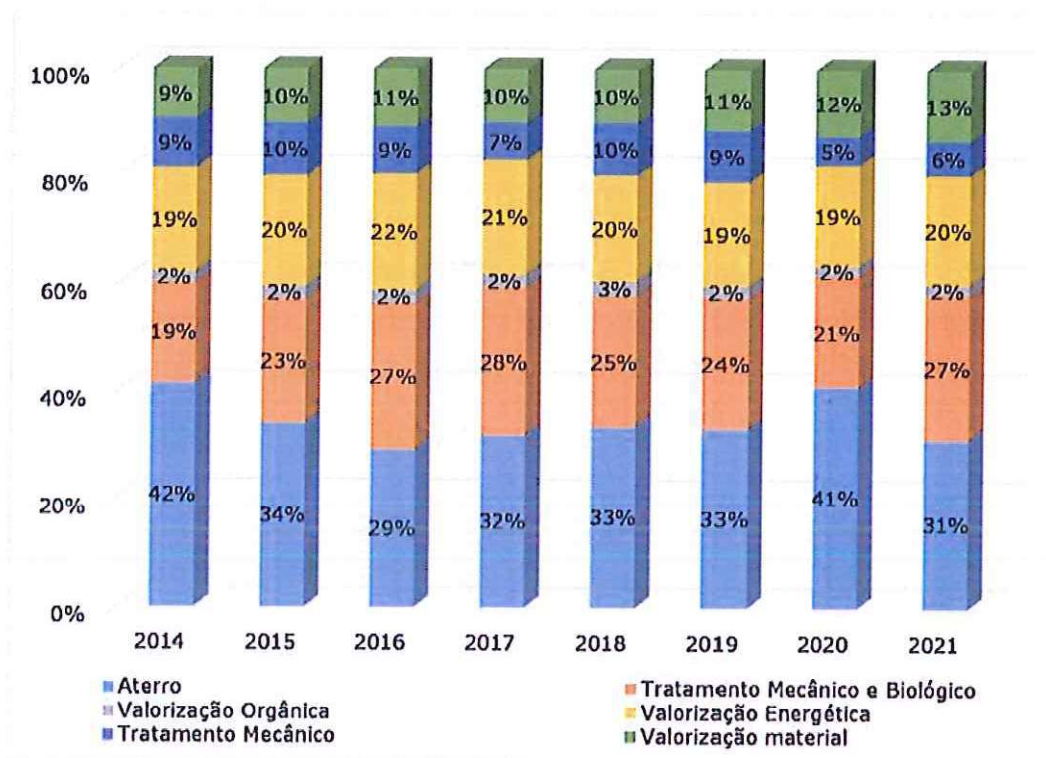


Gráfico 2 - Destino dos RU em Portugal. Fonte: RARU, 2021.

No que respeita à Região do Nordeste Transmontano, a produção de resíduos aumentou ao longo de vários anos, diminuindo significativamente em 2013. Depois registou-se um aumento e no último ano voltamos a registar uma diminuição na produção de resíduos recolhidos.

No aterro sanitário foram depositados: o refugo proveniente da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB), resíduos equiparados a urbanos, o refugo proveniente do Centro de Triagem, assim como as quantidades provenientes de particulares, sendo:

Tabela 2 – Quantidades Depositadas em Aterro (2022).

Tipo de resíduos	Processo de Atividade	Quantidades (Ton)
Rejeitados/Refugos	Triagem Embalagens	343,46
Rejeitados/Refugos	Tratamento Mecânico	23 395,90
Rejeitados/Refugos	Valorização Orgânica	12 405,52
Outros	Valorização Orgânica	188,08
Deposição direta em aterro	Ecocentros	2424,38
Total		40 443,70

Em 2022 foram rececionados no PANT **60.233,86** toneladas de resíduos, sendo a principal operação de gestão o tratamento mecânico e biológico.

No gráfico em baixo apresenta-se o destino dos resíduos urbanos recolhidos no SGRU - Resíduos do Nordeste, em 2022.

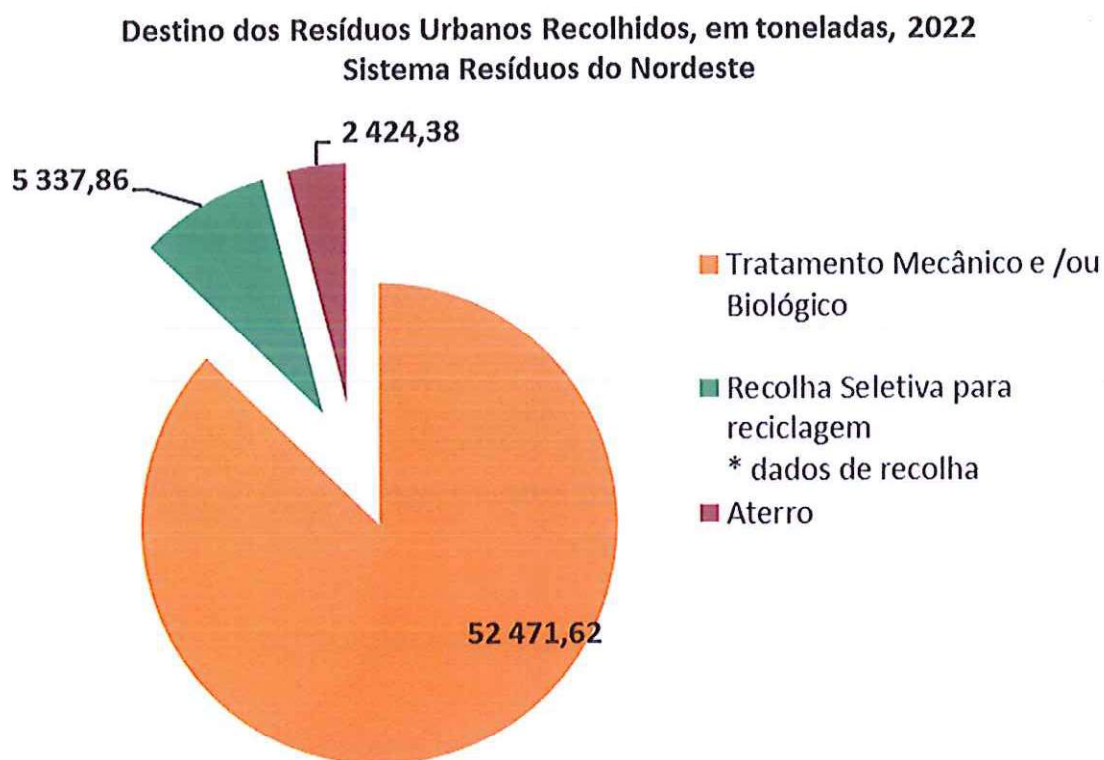


Gráfico 3 – Destino dos RU Recolhidos, (2022).

2.2. MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO ATERRO SANITÁRIO

A monitorização do aterro sanitário é efetuada de acordo com as normas legais e ambientais em vigor, incluindo a análise de águas superficiais, águas subterrâneas, lixiviados e biogás, não existindo dados significativos a mencionar no presente Relatório.

Ainda no que se refere ao aterro sanitário, são de registar as ações de controlo da respetiva exploração, verificações mensais e auditorias de conformidade legal. Em 2022 deu-se cumprimento à obrigação de verificação in situ do Relatório Ambiental Anual. O reporte foi feito em junho de 2022.

No âmbito da compostagem e do aterro são cada vez mais exigentes os requisitos alicerçados às licenças no âmbito do consumo de água, rejeição de efluentes e do título único ambiental.

Os lixiviados, durante o ano 2022, foram tratados na Estação de Tratamento de Águas Lixivantes (ETAL) do aterro sanitário, em 2 osmose inversas. A monitorização foi efetuada de acordo com os parâmetros exigidos na legislação e as condições do TUA (Título Único Ambiental) e licenças anexas.

2.3. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS LIXIVANTES (ETAL)

A ETAL do aterro sanitário encontra-se em funcionamento, efetuando o tratamento dos lixiviados. O sistema de tratamento compreende a receção, armazenamento e tratamento de lixiviados e concentrados através de 2 osmose inversas.

A infraestrutura representou um investimento inicial no valor de 1.250.000,00€, participado pela APA em 85%, conforme estatuído no respetivo Contrato Programa de Cooperação Técnica e Financeira.



Figura 3 – ETAL.

É, contudo, de salientar que os gastos do tratamento dos lixiviados eram muito elevados constituindo uma forte preocupação.

[Handwritten signature]

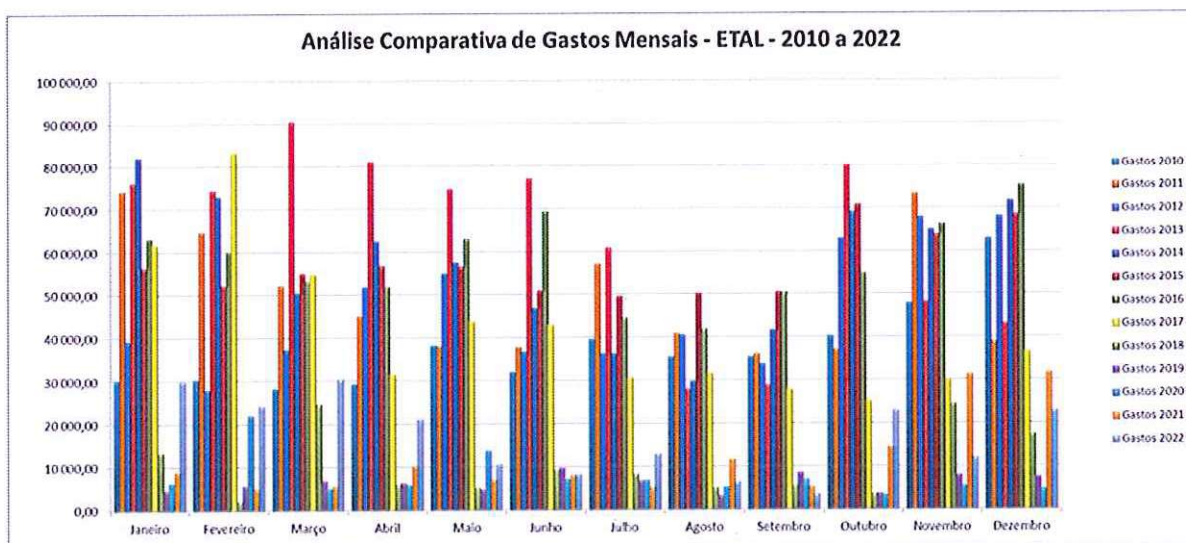


Gráfico 4 - Análise comparativa dos gastos mensais 2010 a 2022.

Para minimizar os gastos do tratamento dos lixiviados, salvaguardando o cumprimento das normas legais e ambientais, a Resíduos do Nordeste assumiu, em janeiro de 2018, a gestão da ETAL. Dessa forma, conseguimos reduzir drasticamente os gastos, em 2017 gastámos 501.785,72 €, em 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 o gasto foi de 125.937,46 €, 76.202,77 €, 93.144,49 €, 144.548,98 € e 206.096,62 €, respetivamente.

2.4. APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DO BIOGÁS

A nível nacional a atribuição de novas potências para produção de energias renováveis a partir de biogás constitui um passo importante para a concretização do objetivo a que Portugal se comprometeu no âmbito do Protocolo de Quioto para que, em 2010, 39% do consumo energético tenha origem em fontes de energia renovável.

O aproveitamento energético de biogás de aterros sanitários necessita de peritagem técnica e financeira para um correto planeamento, execução do projeto e operação dos sistemas, tendo a Resíduos do Nordeste obtido informação favorável da Direção-Geral de Geologia e Energia para uma ligação até 1246 Kva à rede do sistema elétrico público.

A valorização orgânica através da digestão anaeróbia produz biogás, o qual é transformado em energia elétrica. A potência do motor da central de biogás da UTMB é de 608 kw.

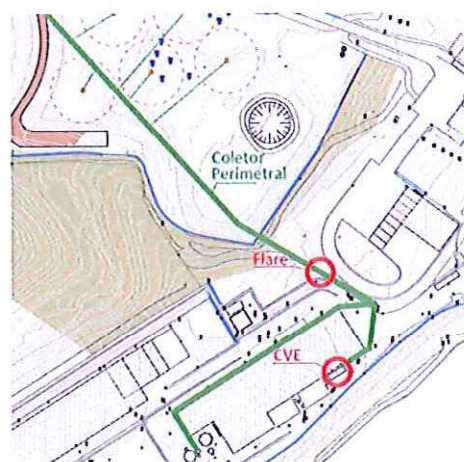


Figura 4 - Rede de Biogás.

Atendendo à diminuição das taxas de produção de biogás do aterro sanitário, o mesmo está a ser reencaminhado para o motor da UTMB. Atualmente está em curso a reformulação do sistema de captação, drenagem e ligação à UTMB.

2.5. CAPACIDADE ESTIMADA DO ATERRO

No que concerne à gestão do aterro encontra-se em fase final o enchimento da 3ª célula.

No segundo semestre de 2023, estima-se a entrada em funcionamento da 4.ª célula, o que permitirá a deposição de resíduos até ao ano 2028. A referida célula terá uma capacidade de encaixe de cerca de 206.007 toneladas, o equivalente a 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses.

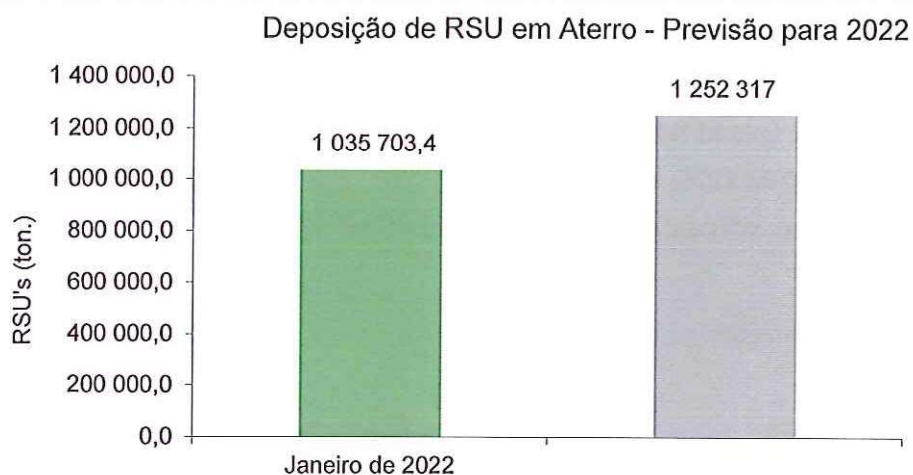


Gráfico 5 – Deposição de RU em Aterro.



Figura 5 - Aterro Sanitário de Urjais – área selada.



RECOLHA
SELETIVA

1/2

A 9

3. RECOLHA SELETIVA

Em 2022 a recolha seletiva teve um aumento significativo, apresentando as seguintes quantidades:

Tabela 3 – Evolução da Recolha Seletiva.

Quantidade (Ton)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Papel / Cartão	858	963	1057	1109	1389	1581	1797	1853
Vidro	799	699	761	878	1022	1072	1214	1254
Metal	147	178	198	229	248	305	271	239
Plásticos	495	612	612	601	770	868	984	1052
Madeira	178	217	259	321	365	419	490	559
Pilhas	2	1	3	2	1	3	2	5
Oleos Minerais	2	1	0	0	0	0	0	0
REEE's	284	313	310	303	348	391	319	366
OAU	11	14	9	15	16	15	12	8
Verdes	25	41	31	44	39	66	59	69
TOTAL	2801	3039	3240	3502	4198	4720	5148	5407

Recolha Seletiva Global

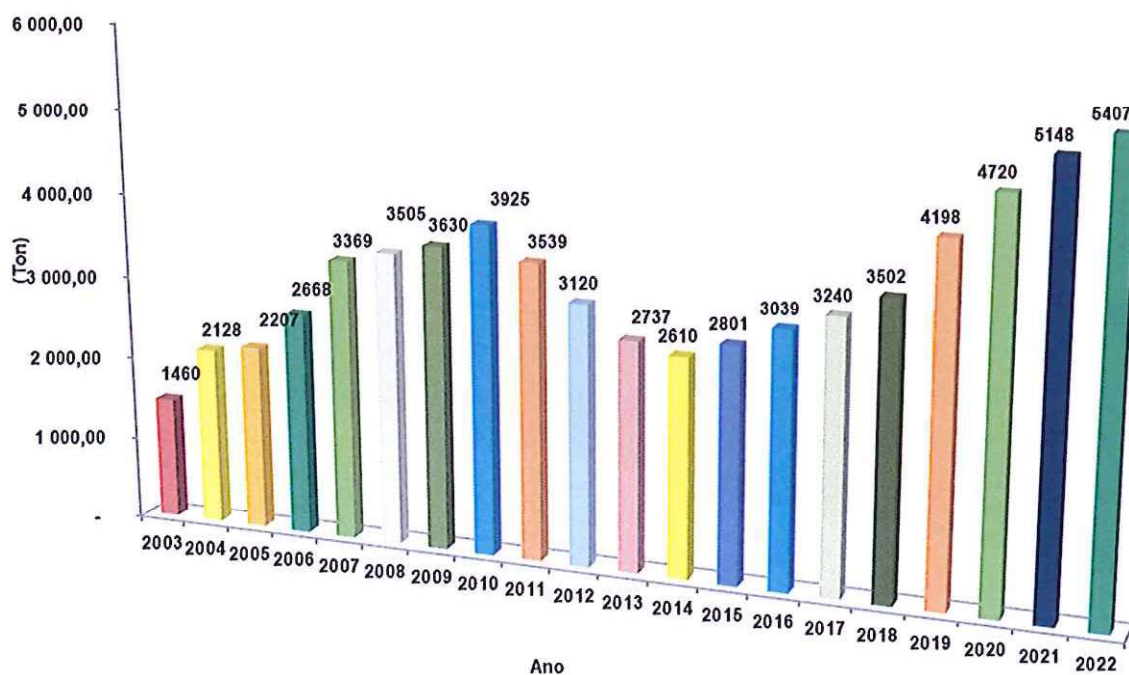


Gráfico 6 - Evolução da Recolha Seletiva no Sistema Resíduos do Nordeste.

Podemos verificar que houve um aumento na recolha seletiva global de cerca **5,04%**, em relação a 2021. Quanto à recolha seletiva multimaterial de papel / cartão, plástico e vidro o registou-se um crescimento de **4,12%**.

No nosso rácio (RS vs RI) obtemos um valor de **9,34%**, conforme se evidencia na figura seguinte:

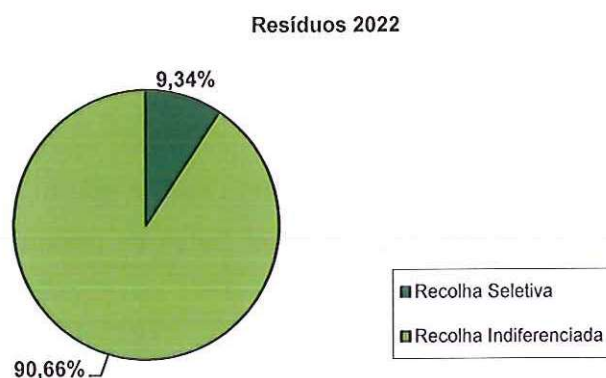


Gráfico 7 - Rácio Recolha Seletiva vs Recolha Indiferenciada.

3.1. ECOPONTOS

No que diz respeito aos ecopontos a rede atualmente instalada é a seguinte:

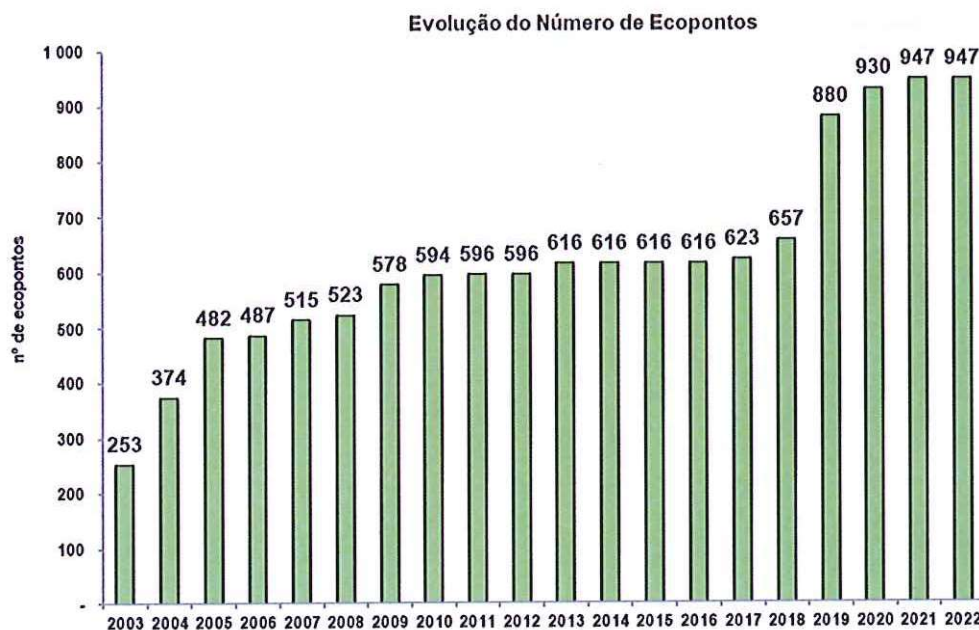


Gráfico 8 – Evolução do Número de Ecopontos.

Independentemente da necessidade de avaliar o aumento do número de ecopontos instalados na maioria dos municípios, o Sistema, em termos de acessibilidade, disponibiliza 1 ecoponto para 136 habitantes.

Importa referir que o reforço da recolha seletiva tem sido feito também através de recolha porta-a-porta segregada em função do público-alvo.

Acresce que a um alargamento da rede de ecopontos deverá corresponder um aumento da produção de recicláveis, caso contrário, podemos colocar em causa o equilíbrio financeiro e ambiental dos contratos existentes.

No domínio da recolha seletiva, onde ainda temos que progredir, temos procurado reciclar ou valorizar todos os resíduos.



CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS

**SEPARAR E VALORIZAR
VAI DO COMEÇAR!**



GESTÃO DE BIORRESÍDUOS

4. GESTÃO DE BIORRESÍDUOS

UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO POR DIGESTÃO ANAERÓBIA

Com o objetivo de contribuir para a estratégia de valorização orgânica de biorresíduos, consignada no PERSU II, e enquadrada no compromisso nacional e comunitário de redução da matéria orgânica depositada em aterro, a implementação do projeto dotou o conjunto dos treze municípios dos meios necessários para a valorização de biorresíduos. Por outro lado, através da separação mecânica, permite a recuperação de resíduos recicláveis.



Figura 6 – Panorâmica Exterior da UTMB.

A UTMB constitui uma solução integrada para a valorização das cerca de 55.000 toneladas de RU produzidas anualmente no Sistema. Por ano permite desviar da deposição em aterro no mínimo 10.000 toneladas de biorresíduos provenientes da recolha seletiva.

O custo total da operação foi de **19.093.967,00€**, participado em 85% pelo FEDER, ou seja **15.808.034,67€**.

A UTMB entrou em funcionamento deste 2013. Constitui uma mais valia para a região de Trás-os-Montes, em termos económicos, ambientais e sociais, ao nível da criação de novos postos de trabalho, da criação de um mercado inovador de comercialização do composto orgânico Ferti Trás-os-Montes, e de produção de energia elétrica através da valorização do biogás gerado no sistema.



Caraterização dos resíduos que entraram na UTMB em 2022, produzidos nos 13 municípios:

Figura 8– Linha de Alimentação da UTMB.

ilca do

Figura 7 - Saída de Materiais Recicláveis.

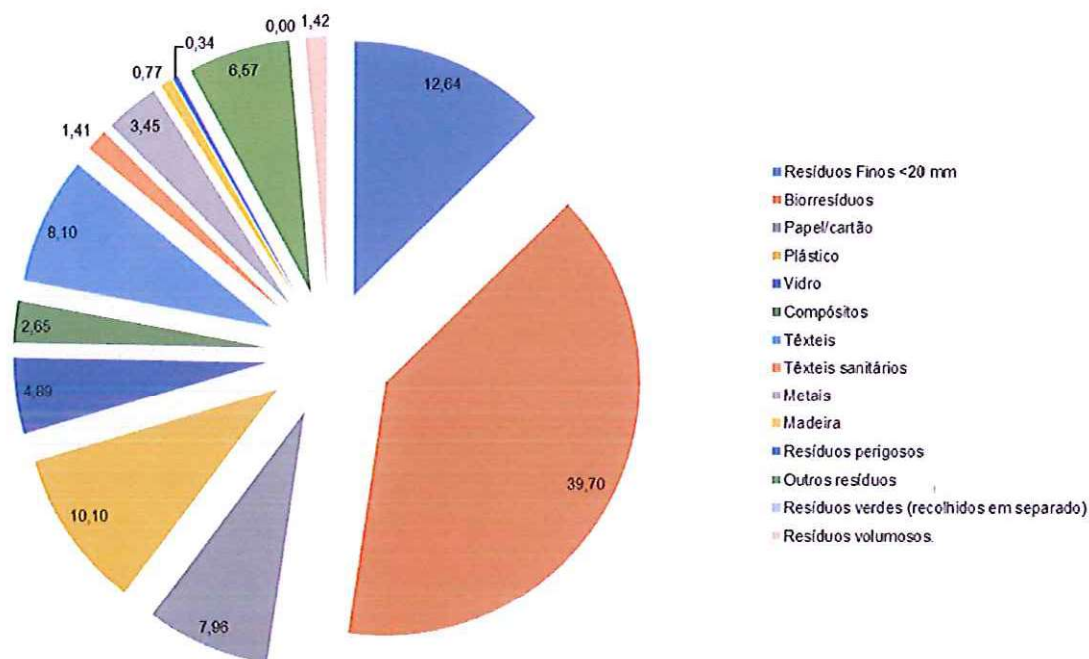


Gráfico 9 - Composição Física dos Resíduos Urbanos.

A Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico recebeu, em 2022, os RU provenientes das recolhas municipais e os resíduos verdes dos ecocentros onde existe este fluxo de resíduos separado em contentor, conforme a tabela seguinte:

Tabela 4 – Proveniência dos RU tratados na UTMB.

Proveniência	Quantidade (Ton)
Recolhas Municipais	52 471,37

Com a conclusão da UTMB ganhou forma o “Parque Ambiental do Nordeste Transmontano” (PANT) em contraponto com a anterior situação de apenas um aterro sanitário, como elucida a fotografia 9.



Figura 9 – Parque Ambiental do Nordeste Transmontano.



5. ESTUDOS E PROJETOS

A Resíduos do Nordeste, depois de um ciclo de grande aposta na infraestruturação do Sistema “em alta”, nomeadamente com a implementação de uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB), com uma execução de 20 milhões de euros no anterior quadro comunitário (POVT), está agora a apostar na recolha seletiva multimaterial e, paralelamente, na educação ambiental.

Estão em execução 8 candidaturas ao POSEUR no montante global da ordem dos 7 milhões de euros, centradas no aumento da recolha seletiva multimaterial, construção de um Centro de Triagem, moderno e automatizado, com produção de energia através de sistema fotovoltaico, no valor de 2 milhões de investimento, em fase exploração; implementação de projetos de recolha seletiva porta a porta e reforço da rede de ecopontos; aquisição de viaturas de recolha seletiva.

Os projetos são acompanhados de uma forte componente de educação e sensibilização ambiental:

- **Separar e Valorizar vai do Começar**

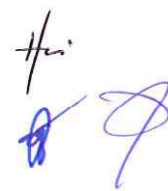
A Resíduos do Nordeste encontra-se também a estudar a temática dos biorresíduos, tendo já aprovados projetos para essa área conforme adiante se descreve.

No que se refere ao cumprimento das Metas do PERSU2020, das 3 metas a Resíduos do Nordeste não cumpre apenas a meta da recolha seletiva, apresentando assim um desempenho positivo.

- **Economia Circular**

No âmbito da circularidade, a montante das operações de recolha e tratamento, temos feito caminho no sentido de, numa primeira fase ter introduzido a temática no território e efetuar um diagnóstico junto dos setores com influência direta e indireta na nossa atividade. Numa segunda fase, a Resíduos do Nordeste constituiu-se parceiro estratégico na promoção e manutenção de projetos circulares dentro e fora do âmbito de gestão de RU.

Em 2017 a Resíduos do Nordeste começou a “Educar para uma Economia Circular”, através de uma Campanha cofinanciada pelo POSEUR.



PROJETOS COLABORATIVOS INTERSECTORIAIS

A Resíduos do Nordeste analisou o estado atual do sistema ambiental, passando por um conjunto de mudanças já operadas na sociedade e na projeção das transformações a executar no futuro, no sentido de alcançar a sustentabilidade. Avaliámos o futuro da economia na sociedade como o rumo a seguir. Identificámos potenciais setores de atividade económica, inovação em produtos e processos e as vantagens competitivas necessárias para que as empresas possam manter um crescimento sustentável a longo prazo.

Apresentou, como proposta, uma série de indicadores que podem ajudar a medir o desempenho em várias áreas que contribuem direta ou indiretamente para modelos de negócio circulares.

Além das orientações e contributos, foi elaborado um Guia que pretende estimular reflexões que conduzam a alterações significativas no setor dos resíduos e na sociedade em geral, promovendo, de forma integrada e estruturada, a Economia Circular na sociedade portuguesa.

Neste domínio, em 2022, continuamos a implementar os seguintes estudos e projetos:

5.1. NOVOS FLUXOS DE RESÍDUOS

Neste particular, importa destacar a recolha seletiva de Óleos Alimentares Usados (OAU), em que a Resíduos do Nordeste é responsável pela gestão dos OAU, nos municípios que delegaram na empresa essa responsabilidade.

Delegação na Resíduos do Nordeste, EIM, da gestão dos óleos alimentares usados – criação de uma rede de recolha seletiva intermunicipal – Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro.

Desde 31 de dezembro de 2017 que a Resíduos do Nordeste é a entidade responsável pela gestão dos OAU nos seguintes municípios: Alfândega da Fé, Bragança, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

A rede de recolha seletiva intermunicipal de óleos alimentares usados encontra-se em funcionamento em todos os municípios que delegaram na Resíduos do Nordeste essa responsabilidade.

Mais informações sobre este assunto são desenvolvidas no respetivo relatório anual de gestão de OAU (2022).



Figura 10 – Oleões.



Figura 11 - Viatura de Recolha de OAU.

5.2. “PROJETO INTEGRADO DE RECOLHA SELETIVA MULTIMATERIAL NO NORDESTE TRANSMONTANO”

A operação foi aprovada ao abrigo do PO SEUR e compreende as seguintes ações:

Ação 1 - Recolha Seletiva Multimaterial porta-a-porta (PaP);

Ação 2 - Otimização e Reforço da Recolha Seletiva;

Ação 3 – Centro de triagem.

O “Projeto Integrado de Recolha Seletiva Multimaterial no Nordeste Transmontano” tem uma duração de 30 meses.

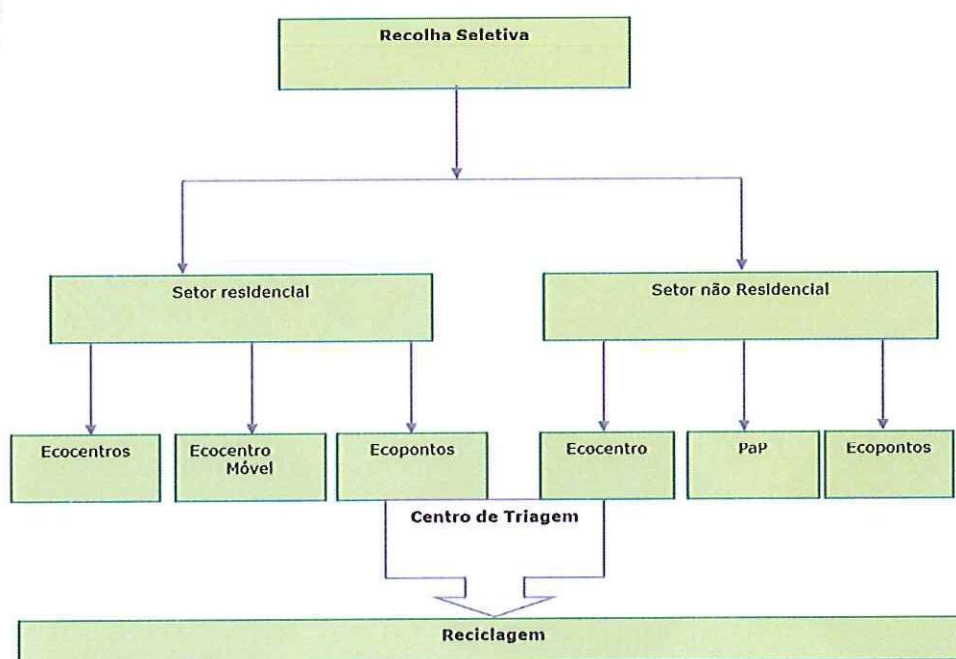


Figura 12 – Modelo de Recolha Seletiva.

5.3.

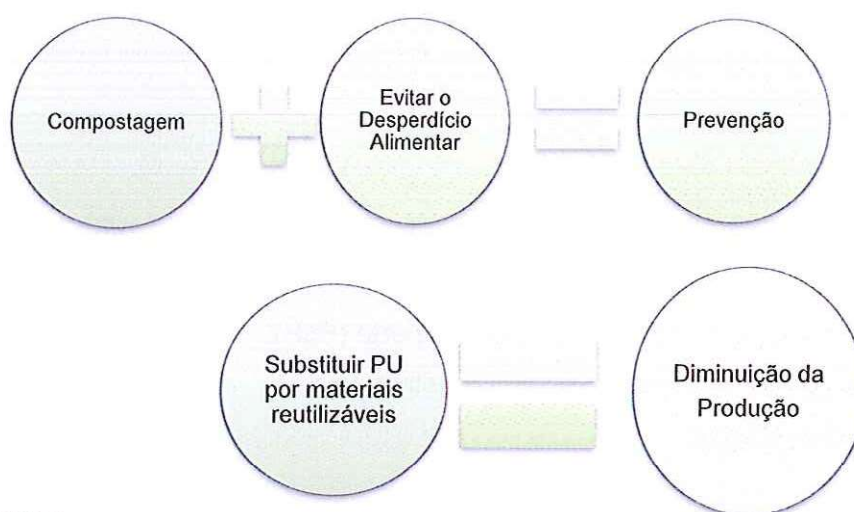
PROJETO EDUCAR PARA UMA ECONOMIA CIRCULAR

O projeto, com a duração de 24 meses, consistiu na implementação de uma campanha de educação e sensibilização nos municípios que integram a CIM-TTM, e em simultâneo no Sistema Resíduos do Nordeste.

MEDIDAS & AÇÕES

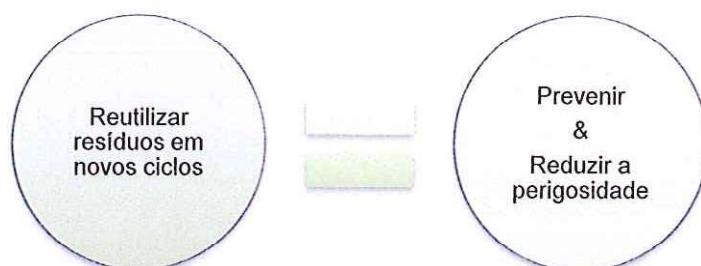
A apresentação de resultados do relatório de execução final vai seguir a ordem das medidas aprovadas em sede de candidatura, nomeadamente:

Biorresíduos

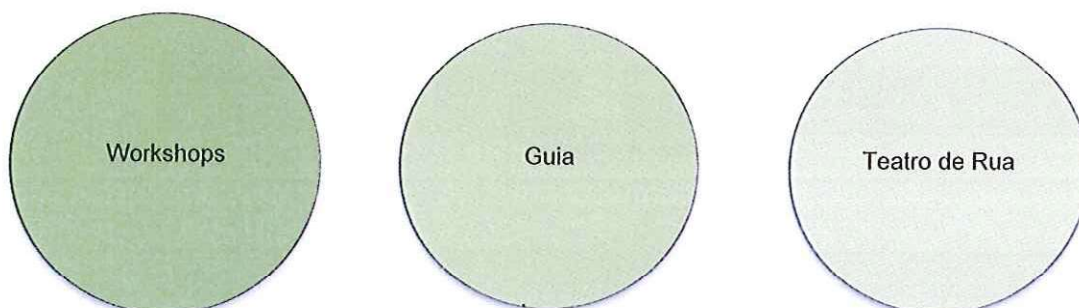


Embalagens

Fluxos Específicos de Resíduos Urbanos/outros resíduos

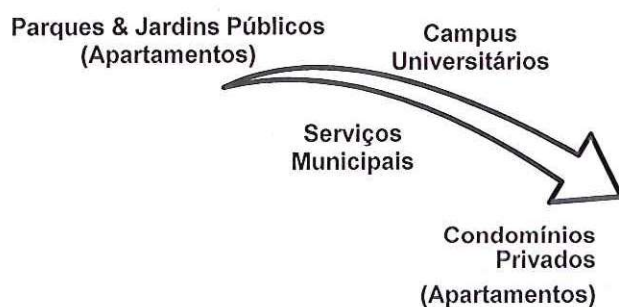


Sensibilizar/Informar para uma Economia Circular



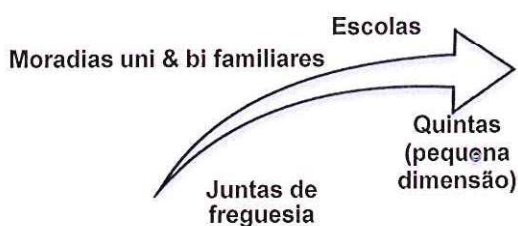
Foi implementada, com sucesso, a campanha aplicável à prevenção de resíduos orgânicos, mais concretamente de biorresíduos através da implementação de processos de compostagem comunitária e doméstica, através de um conjunto de instrumentos e ações de proximidade direta.

Compostagem comunitária:



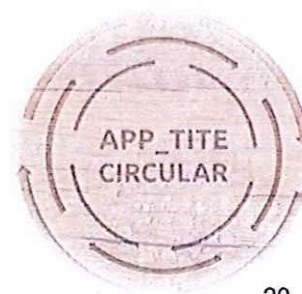
Compostagem doméstica:

A compostagem doméstica foi implementada, de acordo com o planeamento, nos 9 municípios abrangidos por esta campanha. Foram efetuadas visitas porta-a-porta a todas as famílias que integraram o projeto e entregue o “Guia da Compostagem” de forma a garantir a motivação à continuidade. Poderão visualizar as ações aplicáveis através da #EECRN na página de facebook da Resíduos do Nordeste.



No âmbito da luta contra o desperdício alimentar, foram dinamizadas reuniões e foi concluída, com sucesso, a APP designada de APP_TITE CIRCULAR, disponível para *download* nas lojas Google e apple:

- <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.itvintage.apptite>
- <https://apps.apple.com/pt/app/app-tite/id1481599037>



APP_TITE CIRCULAR é hoje uma marca da Resíduos do Nordeste. Uma imagem com identidade para os produtores e consumidores, onde mais do que nunca se privilegia a transparência sobre a informação daquilo que produzimos e comemos.

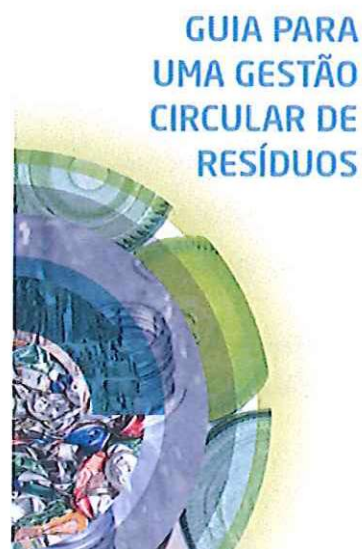
Trata-se de um exemplo de economia digital, pela forma como se recorre à tecnologia, enquanto elemento inovador e facilitador para comunicar e reinventar uma economia tradicional local, onde se mostram exemplos de produtos caraterísticos dos 13 Municípios como um todo, descrevendo a sua identidade e cadeia de valor aplicável.

A campanha, com vista à redução da produção e embalagens, foi implementada com sucesso através da substituição nos serviços municipais de copos e garrafas de utilização única por canecas e garrafas reutilizáveis, foi ainda promovido o consumo de água da torneira.

Os instrumentos utilizados tiveram portanto um impacto muito positivo e contribuíram para incentivar a economia local a repensar novos modelos de negócio nesta temática.



Relativamente à 3.^a Campanha, designada de Sensibilização para uma Economia Circular, a mesma foi também implementada com sucesso, através de um conjunto de ações, como *workshops*, teatro de rua, e o Guia para uma Gestão Circular de Resíduos ([Resíduos do Nordeste, EIM - Sensibilização Ambiental - Educar para uma Economia circular \(residuosdonordeste.pt\)\)](http://Resíduos do Nordeste, EIM - Sensibilização Ambiental - Educar para uma Economia circular (residuosdonordeste.pt)))).



O projeto, que já se encontra concluído, foi apresentado em eventos nacionais e internacionais do setor, nomeadamente:

- Jornadas Técnicas Internacionais de Resíduos, 2019, Lisboa – APESB;
- Congresso Mundial de Resíduos, 2019, Bilbao – ISWA;
- À conversa sobre Cascas, Évora, 2019 – GESAMB;
- Conferência Wastes 2019, Caparica – CVR, FCT.

Foi ainda considerado, no âmbito da estratégia “sensibilização e envolvimento social”, exemplo de circularidade, pelo eco.nomia, <https://eco.nomia.pt/pt/exemplos/residuos-do-nordeste>.

5.4. NOVOS ESTUDOS E PROJETOS

A Resíduos do Nordeste deu continuidade a vários projetos ao longo do ano de 2022, nomeadamente para o reforço da recolha seletiva porta-a-porta e para a recolha seletiva de biorresíduos, a saber:

- Projeto de Recolha Seletiva de Biorresíduos;
- Adaptação da Estação de Transferência de Bragança e da UTMB para a receção de biorresíduos;
- Projeto de Recolha de embalagens no setor residencial (municípios de maior densidade populacional);
- Programa de Apoio à Elaboração de Estudos Municipais para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos;
- Sistema de Monitorização Remota de Compostores;
- Otimização do processo de captação de valorização de biogás.



**EVOLUÇÃO DA GESTÃO
E SITUAÇÃO FINANCEIRA**

4/25
27

6. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

6. 1 INVESTIMENTOS REALIZADOS

No período de 2022 e de 2021 a Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. efetuou os seguintes investimentos em Ativos Fixos Tangíveis:

2022					
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Investimentos em Curso	Total
Adições	139 122,43	442 746,29	256 000,00	-	837 868,72
Alienações/ Correções/ NC	17 658,72	-		5 000,00	22 658,72
Total	121 463,71	442 746,29	256 000,00	- 5 000,00	815 210,00

2021					
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Adições	361 426,95	147 966,09	264 027,64	2 178,32	775 599,00
Alienações	-	-	32 654,99	-	32 654,99
Total	361 426,95	147 966,09	231 372,65	2 178,32	742 944,01

Ao longo dos últimos dois anos a empresa investiu valores muito significativos em ativos de exploração totalmente direcionados para a modernização e diversificação da sua atividade produtiva. Tais investimentos têm vindo a ser realizados na base de projetos de investimento candidatados a fundos comunitários, onde se destaca o "Projeto Integrado de Recolha Seletiva Multimaterial no Nordeste Transmontano", o qual é apoiado pelo POSEUR do Portugal 2020 com uma comparticipação que ronda os 85% das aplicações relevantes respetivas.

Neste contexto, a maioria dos valores globais investidos centrou-se na aquisição de equipamentos, viaturas e construção de edifícios industriais, sendo que o valor investido nessas construções ascendeu a € 500.549,38, ao passo que o valor investido em equipamento básico foi de € 590.712,38 e o valor investido em equipamento de transporte foi de € 520.027,64.

Os investimentos em ativos intangíveis não atingiram a mesma expressão material, tendo sido de € 500,00 em 2021 e € 51.482,00 em 2022, estando também associados a um projeto ligado à sensibilização ambiental, candidatado a fundos comunitários.



6.2 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2022 e 2021, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em céntimos de Euro			
	2022	2021	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	8 305 525,39	7 663 179,79	642 345,60	8,4%
Subsídios à exploração	14 458,84	71 890,29	(57 431,45)	(79,9%)
Outros rendimentos	1 509 968,92	1 297 482,78	212 486,14	16,4%
Total da estrutura de rendimentos	9 829 953,15	9 032 552,86	797 400,29	8,8%

As “Vendas e Prestações de Serviços” apresentaram um aumento em relação ao ano anterior no valor de € 642.345,60 o que equivale a 8,4%.

Os subsídios à exploração diminuíram € 57.431,45 por comparação com 2021. O valor apresentado nesta rubrica diz respeito aos subsídios no âmbito do “POSEUR”, “POCTEP” e “IPB – Plastic to Fuel”.

O Valor de € 1.509.968,92 apresentado na rubrica de “Outros Rendimentos” diz respeito, essencialmente, a imputação a rendimentos de subsídios atribuídos para a aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis na respetiva proporção das depreciações e amortizações registadas desses bens.

6.3 ESTRUTURA DE GASTOS

Composição dos gastos em 2022 e 2021, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em céntimos de Euro			
	2022	2021	Variação	Variação (%)
Variação nos inventários da produção	6 494,26	26 207,07	(19 712,81)	(75,2%)
Fornecimentos e serviços externos	7 223 460,23	6 505 760,14	717 700,09	11,0%
Gastos com o pessoal	409 991,75	412 422,65	(2 430,90)	(0,6%)
Aumentos/reduções de justo valor	8 830,27	413,84	8 416,43	2033,7%
Outros gastos	27 846,03	41 096,40	(13 250,37)	(32,2%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1 719 632,81	1 452 025,51	267 607,30	18,4%
Juros e gastos similares suportados	19 255,23	23 519,07	(4 263,84)	(18,1%)
Imposto sobre o rendimento do período	38 643,37	44 965,89	(6 322,52)	(14,1%)
Total da estrutura de gastos	9 454 153,95	8 506 410,57	947 743,38	11,1%

Os fornecimentos e serviços externos aumentaram € 717.700,09 face ao ano transato, o que equivale a 11%, devendo-se essencialmente ao aumento dos gastos na recolha seletiva (mais subcontratação de pessoal, mais consumíveis, mais conservação e manutenção dos carros de recolha).

Os gastos com o pessoal diminuíram € 2.430,90 face ao período homólogo devendo-se, essencialmente, à saída de um colaborador.

As depreciações do período registaram um aumento de € 267.607,30 devendo-se, em grande parte, ao início de amortização dos equipamentos adquiridos no âmbito do POSEUR.

6.4 PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Descrição	2022	2021	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	409 991,75	412 422,65	(2 430,90)
N.º médio de colaboradores	12	13	-1
Gasto médio por colaborador	34 165,98	31 724,82	2 441,16

6.5 EBITDA E RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Do ponto de vista económico, o “EBITDA” e o “Resultado Líquido da Empresa”, no período de 2022 e 2021, foi o seguinte:

Descrição	2022	2021	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	2 153 330,61	2 046 652,76	106 677,85	5,2%
EBITDA/ Volume de negócios	25,9%	26,7%	-0,8	-2,9%
Resultado líquido do período	375 799,20	526 142,29	(150 343,09)	-28,6%
Resultado líquido do período / Volume de negócios	4,5%	6,9%	-2,3	-34,1%

O EBITDA aumentou € 106.677,85 em relação ao período de 2021. Todavia, este acréscimo não teve o mesmo reflexo no resultado líquido do período, uma vez que o aumento verificado nas depreciações do período no valor de € 267.607,30 acabou por prejudicar este indicador.

6.6 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

Descrição	2022	2021	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	66%	68%	-2%
Endividamento	34%	32%	2%

7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

7.1 POSIÇÃO FINANCEIRA

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Empresa através da análise dos seguintes itens de balanço:

ATIVO	31-DEZ-2022	Peso %	31-DEZ-2021	Peso %	Variação 2022 - 2021
Ativo não corrente	12 436 718,32	58,6%	13 330 845,51	63,4%	(894 127,19)
Ativo corrente	8 801 449,07	41,4%	7 706 928,95	36,6%	1 094 520,12
Total Ativo	21 238 167,39	100,0%	21 037 774,46	100,0%	200 392,93

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31-DEZ-2022	Peso %	31-DEZ-2021	Peso %	Variação 2022 - 2021
Capital Próprio	14 065 996,33	66,2%	14 317 504,85	68,1%	(251 508,52)
Passivo não corrente	3 903 506,46	18,4%	4 277 144,92	20,3%	(373 638,46)
Passivo corrente	3 268 664,60	15,4%	2 443 124,69	11,6%	825 539,91
Total Capital Próprio e Passivo	21 238 167,39	100,0%	21 037 774,46	100,0%	200 392,93

Analisando o quadro acima verifica-se um aumento do ativo corrente de € 1.094.520,12 referente, essencialmente, ao aumento das rubricas de “depósitos bancários”, “clientes”, “outros créditos a receber” e “Estado e outros entes públicos”.

O ativo não corrente diminuiu € 894.127,19 em grande parte devido ao registo das depreciações e amortizações registadas em virtude do uso dos Ativos Fixos Tangíveis.

A variação no Capital Próprio é referente, em grande parte, à imputação dos subsídios a rendimentos de acordo com a utilização dos respetivos bens e à redução do Resultado Líquido.

A diminuição dos financiamentos de médio e longo prazo e das outras dívidas a pagar de médio e longo prazo provocou uma diminuição do passivo não corrente no valor de € 373.638,46.

O aumento do passivo corrente é referente, essencialmente, ao aumento dos fornecedores em € 520.370,50, o estado em € 183.307,44 e diferimentos em € 82.481,04. Salientamos ainda que não se reforçou o valor retido acumulado destinado a fazer face aos encargos decorrentes da selagem e monitorização do aterro, por se considerar que o valor já provisionado é suficiente. Nestes termos, não foi reforçada a Provisão respetiva.

7.2 INDICADORES DE GESTÃO

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2022 e respetivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2022	2021	Δ Absoluta	Δ em % face a 2021
Ativo Fixo Tangível (AFT)	12 001 168,70	12 855 773,36	(854 604,66)	(6,6 %)
Capital próprio	14 065 996,33	14 317 504,85	(251 508,52)	(1,8 %)
Capitais Permanentes	17 969 502,79	18 594 649,77	(625 146,98)	(3,4 %)
Equilíbrio dos capitais permanentes ((AFT+PI)/Cap.perm)	0,67	0,69	0,0	(3,4 %)

A variação nos Ativos Fixos Tangíveis resulta de novas aquisições no valor de € 820.210,00, depreciações no valor de € 1.669.773,88 e outras correções no valor de € 5.040,78.

A variação nos capitais próprios resulta, essencialmente, do registo de novos subsídios relacionados com a aquisição de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis com vida útil finita e a imputação desses subsídios a rendimentos de acordo com a utilização dos respetivos bens. A variação nos capitais permanentes resulta da alteração nos capitais próprios já explicada e na variação do passivo não corrente resultante da diminuição dos financiamentos obtidos e das outras dívidas a pagar.

7.3 RÁCIOS FINANCEIROS MAIS RELEVANTES

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2022 e 2021:

Outros indicadores financeiros	2022	2021	Δ Absoluta	Δ em % face a 2021
Solvabilidade (CP/Passivo) em %	196,1 %	213,0 %	16,9	(794,7 %)
Liquidez corrente (Ativo corrente - Passivo corrente) em Euros	5 532 784,47	5 263 804,26	268 980,21	5,1 %

Da análise ao quadro acima verificamos que o Capital próprio é bastante superior ao passivo e que o Ativo Corrente é superior em € 5.532.784,47 ao Passivo Corrente.

7.4 ANÁLISE ECONÓMICA

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2022, comparativamente com o período de 2021:

Análise Económica	Fórmula simplificada	2022	2021	Δ Absoluta	Δ em % face a 2021
Rendibilidade Líquida das Vendas (%)	RL / Volume de negócios	4,5 %	6,9 %	2,3	(3 409,9 %)
Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)	EBITDA / Ativo	10,1 %	9,7 %	0,4	422,0 %
Rendibilidade do Capital Próprio (return on equity) (%)	RL / C. Próprio	2,7 %	3,7 %	1,0	(2 729,7 %)
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	Clientes / Volume negócios * 365	109	108	1	0,6 %
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	Fornecedores / (CMVMC+FSE) * 365	79	58	20	35,0 %

Da análise ao quadro acima verifica-se que a rentabilidade líquida das vendas e do capital próprio sofreu um ligeiro decréscimo em consequência da diminuição do Resultado Líquido do Período.

O prazo médio de recebimentos aumentou 1 dia e o prazo médio de pagamentos aumentou 20 dias em relação ao ano anterior, continuando dentro dos parâmetros normais.

Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indiciam que, a Empresa, apresenta uma estrutura sólida, garantida por uma gestão prudente e eficaz, secundada por um bom desempenho relativamente à atividade desenvolvida em 2022.

7.5 SITUAÇÃO FINANCEIRA

O nível de rentabilidade historicamente exibido pela empresa, aliada à retenção sucessiva dos resultados/lucros correspondentes, tem vindo, ano após ano, a contribuir para a sua solidez financeira.

Os meios libertos líquidos gerados pela atividade da empresa em 2022 cifraram-se em € 2.095.432,01, sendo que, em 2021, esse valor atingiu € 1.978.167,80. Portanto, estamos perante valores muito interessantes, que têm contribuído para o robustecimento da situação financeira da empresa.

A boa posição financeira da entidade reflete-se nos seus principais indicadores de gestão, como é o caso do seu rácio de Autonomia Financeira e Solvabilidade.

Face ao bom nível da rentabilidade observada em 2022, os indicadores de situação financeira da empresa continuam a registar níveis muito interessantes, não dando sinais de degradação.

Em resumo a situação financeira da empresa mostra-se perfeitamente equilibrada. A Resíduos do Nordeste está, portanto, em perfeitas condições de solver as suas responsabilidades atuais e futuras sem quaisquer constrangimentos, aqui se incluindo aquelas que derivam dos encargos a suportar com a selagem e monitorização das células já utilizadas ou em vias de utilização e que constituem o aterro sanitário/parque ambiental sob gestão da mesma. A este respeito, notar-se-á que tais encargos mostram-se adequadamente provisionados, em conformidade com as regras que regem as normas de carácter ambiental, bem como com aquelas que regem esta matéria ao nível contabilístico.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Empresa no período económico findo em 31 de dezembro de 2022, alcançou o resultado líquido de € 375.799,20. Propõe-se a sua aplicação para Outras Reservas.

A retenção destes resultados na empresa, por via da sua transferência para Outras Reservas, servirá para aumentar a sua capacidade de autofinanciamento para acorrer aos encargos futuros decorrentes da selagem e monitorização do aterro e realização dos investimentos ligados à preparação de novas células de deposição de resíduos.

9. PERSPETIVAS

9.1 INVESTIMENTOS A REALIZAR

Os investimentos relevantes em perspetiva estão inteiramente relacionados com a conclusão da implementação dos projetos candidatados pela empresa ao Portugal 2020, no âmbito do POSEUR. Neste contexto, os valores que estão em causa apresentam-se do seguinte modo (sem IVA), aqui se incluindo, também, alguns outros de investimentos de valor e natureza residuais:

- Ativos Fixos Tangíveis:	2.477.000 €
- Ativos Intangíveis:	215.000 €

9.2 GASTOS E RENDIMENTOS PREVISTOS

As estimativas apresentadas no contexto do Plano e Orçamento/2023 apontam para um valor das Vendas e Prestações de Serviços à volta de € 7.727.000 € (s/IVA), a que deverão corresponder Gastos com o Pessoal e FSE de € 434.000 € e € 6.491.000, respetivamente.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

10.1 Dando cumprimento ao disposto no Artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de Outubro, declara-se que não existem dívidas em mora para com a Segurança Social e Autoridade Tributária.

Do mesmo modo, não se registam quaisquer débitos em atraso para com os trabalhadores e com a Caixa Geral de Aposentações.

10.2 Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b), do nº 5, do Artº 66º do C.S.C., não ocorreram quaisquer factos que mereçam especial referência com impacto na atividade da entidade.

10.3 Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração, nos termos do artigo 397º do C.S.C. (alínea e) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.4 A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.5 No domínio da sua atividade principal, a entidade não corre especiais riscos de preço, considerando a forma como se processa a formação dos mesmos.

O risco de crédito que afeta a empresa é o normal de mercado para empresas com sólida estrutura económica e financeira e sem incidentes conhecidos e/ou registados.

Quanto aos riscos de liquidez e de fluxos de caixa, não se verificam aqui riscos elevados, considerando o facto de os principais clientes da empresa serem os Municípios que integram a área de influência da empresa, os quais, à semelhança de todos os outros, estão sujeitos ao controlo da despesa imposta por lei, na base da Lei dos compromissos (alínea h) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.6 O imposto apurado em 2022 incorpora o acesso ao Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), aprovado pela Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho. Em concreto, esse crédito corresponde a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração efetuadas no primeiro semestre de 2021, até à concorrência de 70% da coleta daquele imposto, sendo que, a importância que não pôde ser deduzida no período de 2021 pode sê-lo, nas mesmas condições, nos cinco períodos de tributação subsequentes. Assim, de 2021 transitou um crédito apurado de € 62.020,96 e a dedução à coleta permitida em 2022 foi de € 58.905,32. Desta forma, transita para o ano seguinte o valor de € 3.115,64.

Para além deste benefício fiscal, foi ainda utilizado o Incentivo Fiscal à Recuperação (IFR) criado pelo OE 2022 o qual permite uma dedução à coleta de IRC de 10% (até à média de investimentos dos últimos 3 anos) e de 25% (acima da média de investimentos dos últimos 3 anos) das despesas de investimentos afetos à exploração efetuadas no segundo semestre de 2022, até à concorrência de 70% da coleta de IRC. À semelhança do que acontece no CFEI II, a importância que não pôde ser deduzida neste período, pode ser utilizada nos 5 períodos seguintes. Deste modo, no presente ano a empresa apurou um



montante total de incentivo de € 51.162,13 e deduziu à coleta o montante de € 25.245,14, transitando para os períodos seguintes o montante de € 25.916,99.

Para o valor de € 29.032,63 relativo aos benefícios apurados e não deduzidos no período foi criado o correspondente ativo por imposto diferido dado que se perspectiva recuperar o mesmo nos 5 períodos de tributação seguintes.

11. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

11.1 Autorização para a Emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 31-03-2023. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

11.2 Autorização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

11.3 Acontecimentos após a data do Balanço que não deram origem a ajustamentos

A administração não detetou acontecimentos após a data de encerramento das contas e até à data da prestação de contas que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequência na informação financeira futura.

Todavia, a instabilidade que estamos a viver, inicialmente provocada pela pandemia COVID-19, seguida da invasão da Ucrânia pela Rússia, a qual veio acelerar o fenómeno inflacionista que tinha apresentado sinais de crescimento no último trimestre de 2021, torna o quadro económico-financeiro mais incerto e volátil, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos na sua atividade de exploração em 2023.

Apesar do facto anteriormente descrito afetar a performance económico-financeira da entidade, a administração da sociedade não prevê que tal facto coloque em causa a continuidade das operações e o normal desenvolvimento das suas atividades.

12. CONCLUSÃO

Assim, como resulta da leitura do presente Relatório, entendemos que os objetivos fixados para o ano de 2022 foram, na sua generalidade, plenamente alcançados.

O Sistema concluiu o ciclo de infra-estruturas básicas e deverá, no futuro, abrir uma nova etapa necessariamente marcada pela qualidade, nomeadamente com o incremento da recolha seletiva, o tratamento dos resíduos biodegradáveis e a valorização dos rejeitados da UTMB.

O Conselho de Administração aproveita a oportunidade para agradecer a todos os que nos apoiaram no desempenho desta missão, nomeadamente:

Às Associações de Municípios;

Aos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais;

A todos os Membros da Assembleia Geral;

Ao Fiscal Único;

Aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia;

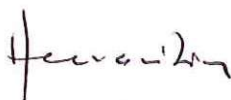
A todos os funcionários das Câmaras Municipais, em particular das Divisões de Ambiente;

Aos Operadores de Resíduos; e

Aos trabalhadores da Resíduos do Nordeste.

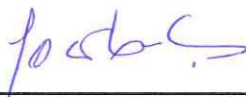
Resíduos do Nordeste, 31 de março de 2023.

O Presidente do Conselho de Administração,

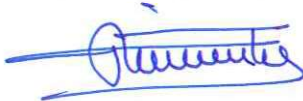


(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

Os Vogais,



(João Gonçalves)



(António Joaquim Pimentel)

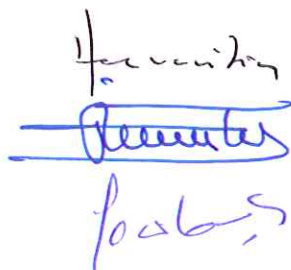
BALANÇO

4/1
A

Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.
Balço Individual em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária: Cêntimo de Euro	
		Período	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	12 001 168,70	12 855 773,36
Ativos intangíveis	6	55 350,84	53 723,91
Outros investimentos financeiros	10	225 166,15	233 327,28
Ativos por impostos diferidos	11	155 032,63	188 020,96
		12 436 718,32	13 330 845,51
Ativo corrente			
Inventários	7	81 828,99	88 323,25
Clientes	8	2 479 610,42	2 274 092,37
Estado e outros entes públicos	9	943 632,00	597 056,12
Outros créditos a receber	8	451 876,56	211 004,31
Diferimentos	12	16 672,74	15 482,20
Caixa e depósitos bancários	4	4 827 828,36	4 520 970,70
		8 801 449,07	7 706 928,95
Total do ativo		21 238 167,39	21 037 774,46
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	13	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	13	52 230,87	52 230,87
Outras reservas	13	5 409 233,61	4 883 091,32
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	13	8 178 732,65	8 806 040,37
Resultado líquido do período	13	375 799,20	526 142,29
Total do capital próprio		14 065 996,33	14 317 504,85
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14	1 773 035,71	1 773 035,71
Financiamentos obtidos	15	314 292,33	431 828,13
Outras dívidas a pagar	17	1 816 178,42	2 072 281,08
		3 903 506,46	4 277 144,92
Passivo corrente			
Fornecedores	16	1 562 519,68	1 042 149,18
Estado e outros entes públicos	9	881 949,72	698 642,28
Financiamentos obtidos	15	117 535,80	113 122,88
Outras dívidas a pagar	17	624 178,36	589 210,35
Diferimentos	12	82 481,04	-
		3 268 664,60	2 443 124,69
Total do passivo		7 172 171,06	6 720 269,61
Total do capital próprio e do passivo		21 238 167,39	21 037 774,46

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado Nº 63736



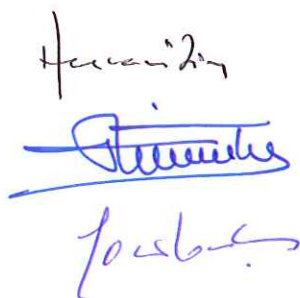
**DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS
POR NATUREZAS**



Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.
 Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
 Período Findo em 31 de dezembro de 2022

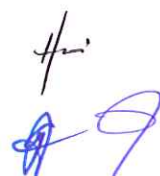
Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Unidade monetária: Cêntimo de Euro	
		Período	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	18	8 305 525,39	7 663 179,79
Subsídios à exploração	19	14 458,84	71 890,29
Variação nos inventários da produção	7	- 6 494,26	- 26 207,07
Fornecimentos e serviços externos	20	- 7 223 460,23	- 6 505 760,14
Gastos com pessoal	21	- 409 991,75	- 412 422,65
Aumentos/reduções de justo valor	22	- 8 830,27	- 413,84
Outros rendimentos	23	1 509 968,92	1 297 482,78
Outros gastos	24	- 27 846,03	- 41 096,40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 153 330,61	2 046 652,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	- 1 719 632,81	- 1 452 025,51
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		433 697,80	594 627,25
Juros e gastos similares suportados	25	- 19 255,23	- 23 519,07
Resultado antes de impostos		414 442,57	571 108,18
Imposto sobre o rendimento do período	26	- 38 643,37	- 44 965,89
Resultado líquido do período		375 799,20	526 142,29

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado Nº 63736





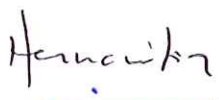
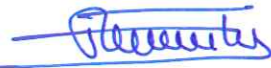
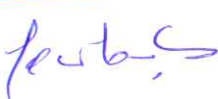
**DEMONSTRAÇÃO DOS
FLUXOS DE CAIXA**

Handwritten signature in blue ink.

Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
Período Findo em 31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS		Unidade monetária: Cêntimo de Euro	
		Períodos	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		9 305 435,34	8 646 045,27
Pagamentos a fornecedores	-	7 247 743,37	6 840 152,57
Pagamentos ao pessoal	-	222 511,48	235 671,98
Caixa gerada pelas operações		1 835 180,49	1 570 220,72
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		102 265,85	56 952,15
Outros recebimentos/pagamentos	-	1 113 054,13	642 697,89
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	824 392,21	984 474,98
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	942 763,86	720 681,42
Ativos intangíveis	-	57 172,86	615,00
Investimentos financeiros	-	665,82	668,73
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	1 000,00
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		616 174,55	367 399,64
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	- 384 427,99	- 353 565,51
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	113 122,88	108 875,65
Juros e gastos similares	-	19 983,68	24 220,17
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	- 133 106,56	- 133 095,82
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	306 857,66	497 813,65
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 520 970,70	4 023 157,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4 827 828,36	4 520 970,70

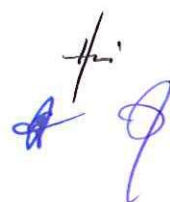
O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado Nº 63736




**DEMONSTRAÇÃO DE
ALTERAÇÕES NO
CAPITAL PRÓPRIO**



Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 2022

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Unidade monetária: Cêntimo de Euro	
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		50 000,00	52 230,87	4 883 091,32	8 806 040,37	526 142,29	14 317 504,85	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	526 142,29	627 307,72	526 142,29	627 307,72	
		-	-	526 142,29	627 307,72	526 142,29	627 307,72	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	-	-	375 799,20	375 799,20	
RESULTADO INTEGRAL						150 343,09	251 508,52	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	13	50 000,00	52 230,87	5 409 233,61	8 178 732,65	375 799,20	14 065 996,33	

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado Nº 63736

Perceira
Guimarães

Forbes

Forbes

Forbes

Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 2021

Unidade monetária: Centimo de Euro

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do período	Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos / outras variações no capital próprio			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021		50 000,00	52 230,87	4 644 279,79	9 418 769,84		238 811,53	14 404 092,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	238 811,53	- 612 729,47	-	238 811,53	- 612 729,47
		-	-	238 811,53	- 612 729,47	-	238 811,53	- 612 729,47
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	-	-		526 142,29	526 142,29
RESULTADO INTEGRAL							287 330,76	86 587,18
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	13	50 000,00	52 230,87	4 883 091,32	8 806 040,37		526 142,29	14 317 504,85

O Conselho de Administração

Henrique
João
João

João
João

O Contabilista Certificado Nº 63736

João

ANEXO

4/1
A-7

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM,
S.A.

ANEXO

Período 2022

4/22
P
H

Índice

1. Identificação da Entidade	5
2. Referencial Contabilístico	5
3. Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	5
3.1.1. Ativos Fixos Tangíveis.....	5
3.1.2. Ativos Intangíveis	6
3.1.3. Outros Investimentos Financeiros	6
3.1.4. Inventários	7
3.1.5. Imparidade de ativos	7
3.1.6. Ativos e Passivos Financeiros.....	8
3.1.7. Clientes e outros créditos a receber	8
3.1.8. Estado e outros entes públicos.....	9
3.1.9. Acréscimos e Diferimentos	9
3.1.10. Caixa e depósitos bancários.....	9
3.1.11. Capital Subscrito	10
3.1.12. Reserva Legal	11
3.1.13. Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio.....	11
3.1.14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	11
3.1.15. Matérias ambientais	12
3.1.16. Financiamentos obtidos e gastos com financiamento	12
3.1.17. Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar	13
3.1.18. Rédito	13
3.1.19. Subsídios atribuídos	14
3.1.20. Benefícios dos empregados	15
3.1.21. Imposto sobre o rendimento do período	15
3.1.22. Eventos Subsequentes.....	16

3.1.23. Juízos de valor do órgão de gestão	17
3.1.24. Principais pressupostos relativos ao futuro	17
3.1.25. Principais fontes de incerteza das estimativas	17
3.2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas e correções de erros de períodos anteriores	18
4. Fluxos de Caixa	18
5. Ativos fixos tangíveis	18
6. Ativos Intangíveis	19
7. Inventários	20
8. Clientes e Outros Créditos a Receber	21
9. Estado e outros entes públicos	22
10. Outros Investimentos Financeiros	22
11. Ativos por Impostos Diferidos	23
12. Diferimentos	23
13. Capitais Próprios	24
14. Provisões	24
15. Financiamentos	25
16. Fornecedores	25
17. Outras Dívidas a Pagar	25
18. Vendas e serviços prestados	25
19. Subsídios à exploração	26
20. Fornecimentos e Serviços Externos	26
21. Gastos com o Pessoal	26
22. Aumentos/reduções do justo valor	27
23. Outros Rendimentos	27
24. Outros Gastos e Perdas	28
25. Juros e gastos similares suportados	28

26. Imposto sobre o rendimento do período	28
27. Factos relevantes ocorridos no período	29
28. Acontecimentos após a data do Balanço.....	29
29. Outras divulgações exigidas por diplomas legais.....	29
30. Outras Informações	30

1. Identificação da Entidade

A RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A, contribuinte número 505 542 331, é uma empresa intermunicipal, com sede na Rua da Fundação Calouste Gulbenkian, concelho de Mirandela, e que tem como atividade principal a recolha e gestão de resíduos urbanos dos municípios que a integram.

A Administração assegura que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da sociedade, bem como a sua posição, desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As Demonstrações Financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelos Acionistas, na reunião de 31 de março de 2023.

2. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo).

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.1.3. Outros Investimentos Financeiros

Os investimentos detidos pela entidade encontram-se mensurados pelo seu justo valor, dado pela cotação do fundo respetivo, no caso da titularidade de algumas unidades de participação (Up) no Fundo de Investimento "CXG Obrigações", e pelo modelo do custo, no caso das contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de

Compensação do Trabalho. A sua detenção tem caráter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendida no decurso normal das operações da entidade.

3.1.4. Inventários

Dadas as particulares circunstâncias que estão na origem da formação/obtenção dos inventários de produtos da entidade, tais inventários são valorizados a partir dos respetivos preços de mercado em vigor no final de cada exercício, tendo, também, em conta a evolução de tais preços no período compreendido entre a data a que se reportam as contas e a data da sua preparação. Portanto, é acautelado o valor de recuperação dos inventários, por via da venda respetiva.

3.1.5. Imparidade de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção:

- Inventários (ver a NCRF 18 - Inventários);
- Ativos provenientes de contratos de construção (ver a NCRF 19 - Contratos de Construção);
- Ativos por impostos diferidos (ver a NCRF 25 - Impostos sobre o Rendimento);
- Ativos por benefícios de empregados (ver a NCRF 28 - Benefícios dos Empregados);
- Ativos financeiros que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor (ver a NCRF 11 - Propriedades de Investimento)
- Ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação (ver a NCRF 17 - Agricultura); ou
- Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda de acordo com a NCRF 8 - Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Assim neste âmbito, a empresa avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

3.1.6. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os passivos financeiros são reconhecidos pelo seu custo amortizado, sendo igual ao seu custo.

3.1.7. Clientes e outros créditos a receber

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº 27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outras créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a

partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring sem recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos clientes a perda é assumida pela empresa de factoring, são desreconhecidos do Balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring com recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos Clientes a empresa de factoring tem o direito de reclamar à Empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidos no Balanço e o risco de incobrabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade.

Neste caso, os valores recebidos da empresa de factoring são reconhecidos na rubrica "Financiamentos obtidos", assim como, caso exista, as letras descontadas e não vencidas.

3.1.8. Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é exetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

3.1.9. Acréscimos e Diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber e Outras dividas a pagar" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

3.1.10. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo

corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo ou custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.1.11. Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 (Sociedade anónimas) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Empresa deve indicar especialmente, o seu capital, o valor nominal de cada título (ação) e os seus respetivos titulares. A parte do capital subscrito, mas ainda por realizar encontra-se registado na rubrica do ativo “Capital subscrito e não realizado”.

3.1.12. Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

3.1.13. Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a rubrica “7883 - Imputação de subsídios para investimentos”, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem. Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico que resulta em aumento do capital próprio.

Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio (a registar a crédito da conta 5931 - Subsídios atribuídos, por débito de meios financeiros líquidos ou de uma subconta da conta 278 - Outros devedores e credores), deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a registar a débito da conta 592 - Ajustamentos em subsídios, por crédito de uma subconta da conta 278 - Outras Dívidas a Pagar – não corrente). Em cada um dos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto, sendo, então, debitada a conta 5931 - Subsídios atribuídos por crédito da conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos e creditada a conta 592 - Ajustamentos em subsídios por débito da subconta da conta 278 – Outras dívidas a pagar – não corrente.

3.1.14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que

surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.1.15. Matérias ambientais

As provisões de carácter ambiental reconhecidas no balanço da entidade respeitam aos dispêndios que se estima venham a ser efetuados com a selagem e monitorização do aterro sanitário.

A estimativa efetuada tem por base a área a selar, bem como a vida útil das diferentes células a selar, a qual se relaciona com o ritmo de deposição de RU. A este respeito, foi, em tempo oportuno, efetuado o estudo prospetivo referente à selagem a realizar no futuro, com base no qual é feita, ano a ano, a Provisão respetiva.

3.1.16. Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial (Em substância superior a 1, 2.... Anos), caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações; e
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia);
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.1.17. Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº 27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado.

3.1.18. Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja

mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.1.19. Subsídios atribuídos

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Conforme referido na FAQ n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística, revista em 15/04/2013, não existe qualquer diferença temporária tributável no caso da contabilização em capitais próprios de subsídios não reembolsáveis, mas existe lugar à contabilização de uma obrigação (um passivo), isto é, um crédito na rubrica “Outras dividas a pagar – não corrente” e um débito na rubrica “Outras variações

em capitais próprios". Em função do reconhecimento do subsídio ao rendimento, esta obrigação reverte por contrapartida da rubrica "Outras dividas a pagar – não corrente"

No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

3.1.20. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.21. Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontra-se corrigido pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de

2019 a 2022 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período".

No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

3.1.22. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.23. Juízos de valor do órgão de gestão

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais do período findo em 31 de dezembro de 2022 incluem:

- Análise às perdas por imparidade dos ativos;
- Registo de provisões;
- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.1.24. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.25. Principais fontes de incerteza das estimativas

Com a exceção que se ilustra de seguida, não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

A referida exceção está associada à verba que se encontra provisionada para a selagem e monitorização das células seladas e a selar do aterro sanitário, verba essa cujo quantitativo se entende por adequado. Porém, por força da eventual alteração significativa de variáveis que a entidade não controla, a magnitude de tal

Provisão pode revelar-se insuficiente ou excedentária. Essas variáveis prendem-se com a eventual alteração significativa dos preços dos materiais utilizados na selagem e monitorização do aterro sanitário e nos preços do fator trabalho.

Acresce que a Resíduos do Nordeste entende que todas as estimativas, metodologia e posições que assumiu com incidência contabilística e fiscal no domínio do processo de selagem e monitorização das áreas já utilizadas e em utilização para a deposição dos resíduos em aterro, estão em sintonia com as regras fiscais ínsitas no Código do IRC.

Estão aqui em causa, sobretudo, considerações respeitantes à duração do período de vida útil das células em uso do aterro sanitário e ao timing do início do encerramento da exploração das referidas células.

3.2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas e correções de erros de períodos anteriores

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas, das estimativas e não existiram correções de erros de períodos anteriores de valor material.

4. Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, os valores de disponibilidades são os valores a seguir discriminados:

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	449,99	395,48
Depósitos à ordem	4 743 085,85	4 436 282,70
Depósitos a prazo	84 292,52	84 292,52
Total de caixa e depósitos bancários	4 827 828,36	4 520 970,70

Depósito bancário a prazo não mobilizável, cujo montante ascende, em 31/12/2022, a 84.292,52 €, como caução da garantia bancária prestada, associada à provisão de caráter ambiental.

5. Ativos fixos tangíveis

De seguida apresentamos a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações e as depreciações no início e no fim do período:

2022									
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Saldo em 01.01.2022	117 924,37	5 163 398,47	6 852 245,36	717 205,04	0,12	-	-	5 000,00	12 855 773,36
Adições	-	139 127,43	442 746,29	256 000,00	-	-	-	-	837 868,72
Alienções/correções/NC	-	17 658,72	-	-	-	-	-	5 000,00	22 658,72
Depreciações acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 01.01.2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	397 798,62	1 162 333,74	109 682,18	0,12	-	-	-	1 669 814,66
Alienções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	117 924,37	4 887 063,56	6 132 657,91	863 522,86	-	-	-	-	12 001 168,70

2021									
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Saldo em 01.01.2021	117 924,37	5 181 712,11	7 649 848,45	545 018,66	0,12	-	-	5 000,00	13 499 503,71
Adições	-	361 426,95	147 966,09	264 027,64	2 178,32	-	-	-	775 599,00
Alienções	-	-	-	32 654,99	-	-	-	-	32 654,99
Depreciações acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	379 740,59	945 569,18	91 841,26	2 178,32	-	-	-	1 419 329,35
Alienções	-	-	-	32 654,99	-	-	-	-	32 654,99
Saldo em 31.12.2021	117 924,37	5 163 398,47	6 852 245,36	717 205,04	0,12	-	-	5 000,00	12 855 773,36

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar. As depreciações no período de 2021 e de 2022 foram as seguintes:

Classe de ativos fixos tangíveis	Depreciações do período	
	2022	2021
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	397 798,58	379 740,59
Equipamento básico	1 162 293,12	945 569,18
Equipamento de transporte	109 682,18	91 841,26
Equipamento administrativo	0,00	2 178,32
Equipamento biológicos		
Total	1 669 773,88	1 419 329,35

6. Ativos Intangíveis

De seguida apresentamos a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

2022					
Descrição	Programas de computador/ software informático	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Investimentos em curso	Total
Saldo em 01.01.2022	489,53	33 645,05	19 589,33	-	53 723,91
Adições	30 000,00	-	21 482,00	-	51 482,00
Alienações	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas					
Adições	-	13 273,49	36 585,44	-	49 858,93
Alienações/ajustamentos	-	-	3,86	-	3,86
Saldo em 31.12.2022	30 489,53	20 371,56	4 489,75	-	55 350,84

2021					
Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Investimentos em curso	Total
Saldo em 01.01.2021	489,53	27 949,62	38 512,00	18 968,92	85 920,07
Adições	-	-	500,00	-	500,00
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	18 968,92	-	- 18 968,92	
Amortizações acumuladas					
Adições	-	13 273,49	19 422,67	-	32 696,16
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	489,53	33 645,05	19 589,33	-	53 723,91

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a amortização é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Classificação das rubricas de inventários	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Mercadorias	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	81 828,99	88 323,25
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-
	<u>81 828,99</u>	<u>88 323,25</u>
Perdas por imparidade	-	-
Total	81 828,99	88 323,25

A Variação da Produção no exercício de 2021 e 2022 foi a seguinte:

Descrição	2022		2021	
	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugo	Total	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugo	Total
Inventário inicial	88 323,25	88 323,25	114 530,32	114 530,32
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Inventário final	81 828,99	81 828,99	88 323,25	88 323,25
Variação nos inventários na Produção	-6 494,26	-6 494,26	-26 207,07	-26 207,07

8. Clientes e Outros Créditos a Receber

Os clientes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentavam a seguinte decomposição:

Clientes	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Clientes c/c - saldos devedores	2 479 610,42	2 274 092,37
Clientes de cobrança duvidosa	465 704,75	465 704,75
Total de clientes (valor antes das imparidades)	2 945 315,17	2 739 797,12
Perdas por imparidade acumuladas	- 465 704,75	- 465 704,75
Total líquido de clientes	2 479 610,42	2 274 092,37

Os Outros Créditos a Receber em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentavam a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber	31/12/2022			31/12/2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Outros devedores por acréscimos de proveitos		200 264,05	200 264,05		16 401,52	16 401,52
Outros		251 612,51	251 612,51		194 602,79	194 602,79
	-	451 876,56	451 876,56	-	211 004,31	211 004,31
Perdas por imparidade acumulada						
Total	-	451 876,56	451 876,56	-	211 004,31	211 004,31

9. Estado e outros entes públicos

O Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2022			31/12/2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Ativo:						
Imposto sobre o valor acrescentado		841 839,04			597 056,12	
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		101 792,96				
Outros						
Total ativo	-	943 632,00	-	-	597 056,12	-
Passivo:						
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas					5 182,15	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		4 447,39			4 689,40	
Caixa Geral de Aposentações		859,49			851,82	
Contribuições para a segurança social		6 417,86			6 931,15	
Comparticipações para o FCT e FGCT		60,24			56,60	
Outros		870 164,74			680 931,16	
Total do passivo	-	881 949,72	-	-	698 642,28	-

10. Outros Investimentos Financeiros

A rubrica de Outros Investimentos Financeiros apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

Descrição dos investimentos financeiros	Saldo inicial em 01.01.2022	Aumentos			Diminuições			Saldo final em 31.12.2022
		Aquisições	Variações de justo valor	Total dos aumentos	Alienações e/ou Imparidades	Variações de justo valor	Total dos diminuições	
Fundos - CXG Rendimento	231 423,58			0,00		8 830,27	8 830,27	222 593,31
Fundo de Compensação no Trabalho	1 903,70	669,14		669,14			0,00	2 572,84
Total ao modelo do custo	233 327,28	669,14	0,00	669,14	0,00	8 830,27	8 830,27	225 166,15

Descrição dos investimentos financeiros	Saldo Inicial em 01.01.2021	Aumentos			Diminuições			Saldo final em 31.12.2021
		Aquisições	Variações de justo valor	Total dos aumentos	Alienações e/ou Imparidades	Variações de justo valor	Total dos diminuições	
Fundos - CXG Rendimento	231 837,42			0,00		413,84	413,84	231 423,58
Fundo de Compensação no Trabalho	1 277,72	625,98		625,98			0,00	1 903,70
Total ao modelo do custo	233 115,14	625,98	0,00	625,98	0,00	413,84	413,84	233 327,28

11. Ativos por Impostos Diferidos

A rubrica de Ativos por Impostos Diferidos apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

Ativos por impostos diferidos	Movimentos			
	31/12/2021	Aumentos	Reduções	31/12/2022
Benefícios Fiscais (CFEI II/IFR)	62 020,96	-	-32 988,33	29 032,63
Provisões	126 000,00	-	-	126 000,00
Total	188 020,96	-	-32 988,33	155 032,63

Ativos por impostos diferidos	Movimentos			
	31/12/2020	Aumentos	Reduções	31/12/2021
Crédito fiscal ao investimento (CFEI II)	71 600,70	-	-9 579,74	62 020,96
Provisões	126 000,00	-	-	126 000,00
Total	197 600,70	-	-9 579,74	188 020,96

12. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

Diferimentos	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	15 466,13	14 275,59
Outros	1 206,61	1 206,61
Total	16 672,74	15 482,20
Passivos:		
Outros	82 481,04	-
Total	82 481,04	-

13. Capitais Próprios

O Capital Social subscrito e totalmente realizado ascende a 50.000,00€ e é detido pelos Municípios que compõem as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT), da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT) e pela Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS).

As Reservas Legais cumprem o disposto no art.º 295, nº1 do CSC e apresentam o valor de 52.230,87€.

De seguida apresentamos as variações ocorridas nas rubricas de Capital Próprio em 2022 e 2021:

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital 2022					
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	50 000,00	52 230,87	4 883 091,32	8 806 040,37	526 142,29	14 317 504,85
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	526 142,29	627 307,72	526 142,29	627 307,72
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	375 799,20	375 799,20
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	50 000,00	52 230,87	5 409 233,61	8 178 732,65	375 799,20	14 065 996,33

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital 2021					
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	50 000,00	52 230,87	4 644 279,79	9 418 769,84	238 811,53	14 404 092,03
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	238 811,53	612 729,47	238 811,53	612 729,47
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	526 142,29	526 142,29
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	50 000,00	52 230,87	4 883 091,32	8 806 040,37	526 142,29	14 317 504,85

14. Provisões

Em 31 de dezembro 2021 e de 2022 a rubrica de “provisões” apresentava a seguinte composição:

Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Utilização	Reversão	Saldo final
Matérias ambientais	1 773 035,71	-	-	-	1 773 035,71
Total	1 773 035,71	-	-	-	1 773 035,71

Este valor é referente aos dispêndios que se estima que venham a ser efetuados com a selagem e a monitorização do aterro sanitário. De referir que esta estimativa foi integralmente provisionada até ao período de 2016 uma vez que se estima que este montante seja o suficiente para fazer face aos futuros encargos. Por fim, de notar que deste montante total existe um valor de € 600.000,00 que não foi fiscalmente aceite pela AT o que deu origem ao reconhecimento de um ativo por impostos diferidos de € 126.000,00 no ano de 2018.

15. Financiamentos

Em 31 de dezembro 2021 e de 2022 a rubrica de "financiamentos" apresentava a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos (ADC)	314 292,33	117 535,80	431 828,13	431 828,13	113 122,88	544 951,01
Totais	314 292,33	117 535,80	431 828,13	431 828,13	113 122,88	544 951,01

16. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores c/c	1 406 435,21	901 230,65
Fornecedores - Retenção Garantia	156 084,47	140 918,53
Totais	1 562 519,68	1 042 149,18

17. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica de Outras Dívidas a Pagar apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos					
	Não corrente	31/12/2022 Corrente	Total	Não corrente	31/12/2021 Corrente	Total
Fornecedores de investimento	-	216 811,50	216 811,50	-	188 474,47	188 474,47
Remunerações a liquidar (previsões)	-	53 837,00	53 837,00	-	54 937,03	54 937,03
Juros a liquidar	-	2 780,74	2 780,74	-	3 509,19	3 509,19
Outros acréscimos de gastos	-	34 071,78	34 071,78	-	73 569,67	73 569,67
Imposto relacionado com os subsídios	1 816 178,42	316 522,90	2 132 701,32	2 072 281,08	268 565,09	2 340 846,17
Saldos credores de clientes	-	147,24	147,24	-	147,24	147,24
Outros	-	7,20	7,20	-	7,66	7,66
Totais	1 816 178,42	624 178,36	2 440 356,78	2 072 281,08	589 210,35	2 661 491,43

18. Vendas e serviços prestados

No exercício da sua atividade corrente/normal, a Resíduos do Nordeste presta serviços de gestão e tratamento de resíduos urbanos aos municípios que integram aquelas Associações de Municípios, os quais representam boa parte de tal atividade.

As rubricas de vendas e serviços prestados apresentam a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

RUBRICAS	31/12/2022				31/12/2021			
	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo	Total
Vendas								
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P.Acabados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos	1 328 131,00	0,00	0,00	1 328 131,00	1 156 913,43	0,00	0,00	1 156 913,43
Total	1 328 131,00	0,00	0,00	1 328 131,00	1 156 913,43	0,00	0,00	1 156 913,43
Prestação de serviços	6 977 394,39	0,00	0,00	6 977 394,39	6 506 266,36	0,00	0,00	6 506 266,36
Volume de negócios	8 305 525,39	0,00	0,00	8 305 525,39	7 663 179,79	0,00	0,00	7 663 179,79
Juros				0,00				0,00
Royalties				0,00				0,00
Dividendos				0,00				0,00
Rédito	8 305 525,39	0,00	0,00	8 305 525,39	7 663 179,79	0,00	0,00	7 663 179,79

19. Subsídios à exploração

A rubrica de subsídios à exploração apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

Descrição	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
POSEUR - Educar para uma Economia Circular		65,39
POSEUR - Campanha de educação e sensibilização		2 782,90
IPB - Plastic to Fuel Mat	10 144,32	6 869,43
POCTEP - Valorcomp	2 927,45	3 100,82
POSEUR - Reforço da Recolha Seletiva	1 387,07	14 071,75
Fundo Ambiental		45 000,00
Total	14 458,84	71 890,29

20. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Subcontratos	6 634 785,76	6 000 244,94
Serviços especializados	197 724,48	211 242,97
Materiais	46 850,51	31 590,08
Energia e fluidos	259 585,00	201 297,69
Deslocações, estadas e transportes	23 077,70	2 192,98
Serviços diversos	61 436,78	59 191,48
Total	7 223 460,23	6 505 760,14

21. Gastos com o Pessoal

A rubrica de Gastos com o Pessoal apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração do pessoal	318 913,76	319 231,81
Encargos sobre remunerações	72 690,99	72 675,71
Seguros	6 124,05	5 786,78
Outros gastos com pessoal	12 262,95	14 728,35
Total	409 991,75	412 422,65

No período a que se referem as demonstrações financeiras a empresa teve 12 trabalhadores em média.

22. Aumentos/reduções do justo valor

A rubrica de Aumentos/reduções do justo valor apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos por aumento de justo valor:		
Total dos ganhos	0,00	0,00
Perdas por redução de justo valor:		
Em investimentos financeiros	8 830,27	413,84
Total das perdas	8 830,27	413,84
Total dos aumentos menos as reduções de justo valor	-8 830,27	-413,84

23. Outros Rendimentos

A rubrica de Outros Rendimentos apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos suplementares	741,49	7 124,43
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	-	10 695,00
Subsídios não reembolsáveis	1 507 251,91	1 278 881,37
Juros de depósitos	-	-
Outros	1 975,52	781,98
Total	1 509 968,92	1 297 482,78

O valor mais relevante nesta rubrica (€ 1.507.251,91) diz respeito à imputação dos subsídios atribuídos para a aquisição de ativos fixos e intangíveis depreciables a rendimentos do exercício, na proporção das depreciações/amortizações efetuadas no próprio exercício relativas aos ativos financiados.

24. Outros Gastos e Perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2022 é conforme se segue:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	5 308,08	5 929,93
Gastos e perdas em investimentos financeiros	-	15 565,89
Donativos	1 500,00	1 500,00
Quotizações	17 653,00	16 560,00
Juros de mora de fornecedores	-	-
Outros	3 384,95	1 540,58
Total	27 846,03	41 096,40

25. Juros e gastos similares suportados

A decomposição da rubrica de "Juros e gastos similares suportados" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2022 é conforme se segue:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Juros suportados	19 255,23	23 519,07
Total	19 255,23	23 519,07

26. Imposto sobre o rendimento do período

A rubrica de "imposto sobre o rendimento do período" apresenta a seguinte estimativa de imposto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2022:

Imposto	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Estimativa de imposto	38 643,37	44 965,89
Total	38 643,37	44 965,89

27. Acontecimentos após a data do Balanço

A administração não detetou acontecimentos após a data de encerramento das contas e até à data da prestação de contas que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequência na informação financeira futura.

Todavia, a instabilidade que estamos a viver, inicialmente provocada pela pandemia COVID-19, seguida da invasão da Ucrânia pela Rússia, a qual veio acelerar o fenómeno inflacionista que tinha apresentado sinais de crescimento no último trimestre de 2021, torna o quadro económico-financeiro mais incerto e volátil, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos na sua atividade de exploração em 2023.

Apesar do facto anteriormente descrito afetar a performance económico-financeira da entidade, a administração da sociedade não prevê que tal facto coloque em causa a continuidade das operações e o normal desenvolvimento das suas atividades.

28. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

1 - Os honorários do Fiscal único nos anos de 2022 e 2021 foram de 4.800.00€ e € 4.800,00, respetivamente.

2 – À data de 31 de dezembro de 2022 não existiam quaisquer dívidas às Finanças, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e trabalhadores.

3 - O imposto apurado em 2022 incorpora o acesso ao Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), aprovado pela Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho. Em concreto, esse crédito corresponde a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração efetuadas no primeiro semestre de 2021, até à concorrência de 70% da coleta daquele imposto, sendo que, a importância que não pôde ser deduzida no período de 2021 pode sê-lo, nas mesmas condições, nos cinco períodos de tributação subsequentes. Assim, de 2021 transitou um crédito apurado de € 62.020,96 e a dedução à coleta permitida em 2022 foi de € 58.905,32. Desta forma, transita para o ano seguinte o valor de € 3.115,64.

Para além deste benefício fiscal, foi ainda utilizado o Incentivo Fiscal à Recuperação (IFR) criado pelo OE 2022 o qual permite uma dedução à coleta de IRC de 10% (até à média de investimentos dos últimos 3 anos) e de 25% (acima da média de investimentos dos últimos 3 anos) das despesas de investimentos afetos à exploração efetuadas no segundo semestre de 2022, até à concorrência de 70% da coleta de IRC. À semelhança do que acontece no CFEI II, a importância que não pôde ser deduzida neste período, pode ser utilizada nos 5 períodos seguintes. Deste modo, no presente ano a empresa apurou um montante total de incentivo de € 51.162,13 e deduziu à coleta o montante de € 25.245,14, transitando para os períodos seguintes o montante de € 25.916,99.

Para o valor de € 29.032,63 relativo aos benefícios apurados e não deduzidos no período foi criado o correspondente ativo por imposto diferido dado que se perspetiva recuperar o mesmo nos 5 períodos de tributação seguintes.

29. Outras Informações

A entidade no período económico findo em 31 de dezembro de 2022 alcançou o Resultado Líquido positivo de € 375.799,20, o qual se propõe a ser aplicado na rubrica de “Outras Reservas”.

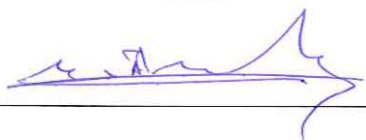
A Administração e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2022, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Empresa, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Empresa, no âmbito do SNC/NCRF, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

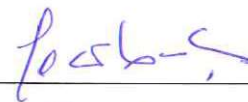
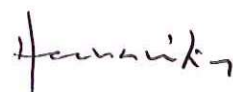
Mirandela, 31 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO Nº

63736



A ADMINISTRAÇÃO



**RELATÓRIO ANUAL
E PARECER DO
FISCAL ÚNICO**

[Handwritten signature]



Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

EXERCÍCIO DE 2022

Ex.^{mos} Senhores Acionistas

Introdução

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram apresentamos o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A. relativamente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois.

Trabalhos Efetuados

2. No decurso do exercício prosseguiu o Fiscal Único com a periodicidade julgada necessária e conveniente, por amostragem, à análise e apreciação dos registos e procedimentos contabilísticos inteirando-se da evolução da gestão social.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas, em anexo, bem como o Relatório de Acompanhamento e Recomendações da Auditoria, endereçado ao Conselho de Administração e aos acionistas, nos termos das obrigações de vigilância e fiscalização previstas no Código das Sociedades Comerciais.

Âmbito

4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração de Alterações no Capital Próprio, Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
 - ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - iii) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos;
 - iv) A proposta de aplicação de resultados tem claro fundamento.



Parecer

5. Tudo devidamente ponderado, designadamente o que contém a Certificação Legal de Contas, somos de parecer que a Assembleia:
- a) Delibere sobre a aprovação do Relatório de Gestão, do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração de Alterações no Capital Próprio, Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo relativos ao exercício de 2022 apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Delibere sobre a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido apresentada pelo Conselho de Administração;
 - c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

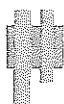
O Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e a todos os serviços da empresa a colaboração prestada.

Bragança, 01 de abril de 2023

O FISCAL ÚNICO

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (R.O.C. n.º 1047)
Em representação da S.R.O.C. n.º 92, Fernando Peixinho & José Lima, Lda.

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 21.238.167 euros e um total de capital próprio de 14.065.996 euros, incluindo um resultado líquido de 375.799 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A guerra entre a Rússia e Ucrânia mantém-se e tem-se traduzido na escassez de alguns bens essenciais e no aumento da inflação e das taxas de juro. Tal circunstância está a ter um impacto negativo na estrutura económico-financeira dos países, das famílias e das empresas, não sendo, no entanto, possível prever o impacto nas demonstrações financeiras da empresa para o ano em curso.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Bragança, 01 de abril de 2023

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.

**ATA DE
APROVAÇÃO**



ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A., REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2023.....

No dia 31, do mês de março, do ano de dois mil e vinte e três, pelas 14h30m, na sede da Resíduos do Nordeste, em Mirandela, realizou-se a reunião n.º 2/2023 do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal, S.A., com o número de Identificação de Pessoa Coletiva 505 542 331, e sede social sita na Rua Fundação Calouste Gulbenkian, em Mirandela, estando presentes o Presidente do Conselho de Administração, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e os Vogais João Manuel dos Santos Lopes Gonçalves e António Joaquim Pimentel. Esteve ainda presente o Diretor-Geral da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., Paulo José Gomes Monteiro Praça.....

A reunião foi convocada pelo Ofício n.º 61, de 20.03.2023.

Iniciada a reunião à hora prevista, foi lida a Ordem de Trabalhos, aprovada por unanimidade:...

Ponto único: Apreciação e deliberação do Relatório e Contas 2022.....

Passou-se de seguida à discussão da Ordem de Trabalhos:

APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS 2022:

O Conselho de Administração tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório e Contas 2022, da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

E não havendo mais nada a tratar, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, a qual vai ser assinada nos termos legais pelos membros presentes e pelo Diretor-Geral.

O Presidente do Conselho de Administração,

(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

Os Vogais,

(João Manuel dos Santos Lopes Gonçalves)

(António Joaquim Pimentel)

O Diretor Geral,

(Paulo José Gomes Monteiro Praça)

